



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO**

**WALÉRIA DE CÁSSIA SOUZA LIMA**

***ACCOUNTABILITY* NA GESTÃO DO PROCESSO DE  
APRENDIZAGEM NO IFBA, CAMPUS DE SALVADOR**

Salvador  
2014

**WALÉRIA DE CÁSSIA SOUZA LIMA**

***ACCOUNTABILITY* NA GESTÃO DO PROCESSO DE  
APRENDIZAGEM NO IFBA, CAMPUS DE SALVADOR**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Mestrado Profissional, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Gomes de Pinho

Salvador  
2014

Escola de Administração - UFBA

L732 Lima, Waléria de Cássia Souza.  
Accountability na gestão do processo de aprendizagem no  
IFBA, Campus de Salvador / Waléria de Cássia Souza. – 2014.  
105 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Gomes de Pinho.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia,  
Escola de Administração, Salvador, 2014.

1. Instituto Federal da Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia -  
Salvador (BA) – Responsabilidade educacional. 2. Ensino  
profissional. 3. Aprendizagem. 4. Educação – Finalidades  
e objetivos. 5. Orientação educacional no ensino profissional. I.  
Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 371.425

**WALÉRIA DE CÁSSIA SOUZA LIMA**

***ACCOUNTABILITY* NA GESTÃO DO PROCESSO DE  
APRENDIZAGEM NO IFBA, CAMPUS DE SALVADOR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração, Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em, 22 de agosto de 2014.

**Banca Examinadora**

Prof. Dr. José Antônio Gomes de Pinho  
Orientador

\_\_\_\_\_  
Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia  
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Ana Rita Silva Sacramento

\_\_\_\_\_  
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia  
Faculdade Anísio Teixeira

Profa. Dra. Leidimar Cândida dos Santos

\_\_\_\_\_  
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia  
Universidade Federal da Bahia

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pelo dom da vida.

Aos meus pais José Gonçalves de Souza (*in memorian*) e Maria Eunice de O. Souza (*in memorian*), pois ambos me fizeram conhecer o amor, me receberam neste mundo como uma benção. Conheci com ambos o valor da amizade, do respeito, da dignidade e o poder do conhecimento através dos seus ensinamentos.

A todos os familiares, pois todos acreditaram que as conquistas aconteceriam e, portanto me apoiaram sem reservas em todos os momentos.

Ao Orientador que com todo seu conhecimento e dedicação conseguiu compartilhar comigo momentos de crescimento e tornou o caminho desta pesquisa leve e interessante.

Ao IFBA que proporcionou essa possibilidade de pesquisa e que através do Prof. Albertino Nascimento, Diretor do Campus de Salvador, gerou condição de realização da pesquisa.

À Profa. Lybia Rocha, Diretora de Ensino, que acreditou no trabalho de pesquisa como possibilidade de crescimento no âmbito pedagógico.

Aos professores do NPGA pelos conhecimentos e experiências trocadas e a todos os funcionários que sempre atenderam com muita dedicação e carinho.

À secretaria Municipal de Educação que ofereceu condições para a realização da pesquisa.

Às amigas que apoiaram, acreditaram e compartilham da ideia de que educação só é possível com o compromisso diário. Obrigada Delma, Edna, Jaqueline e Virginia. Todas grandes educadoras.

Aos queridos colegas da turma MPA/2012 pelos risos, incentivos, por dividirem também os momentos de dúvidas, dificuldades e em particular a minha equipe de estudo e trabalho Eliana, Suzana e Ana Cláudia. Quanto crescimento!

Aos colegas de trabalho, em especial a cada um da equipe do DEPAE, pela construção da pesquisa realizada que inegavelmente, participaram de todo o processo com disponibilidade, zelo e compromisso pedagógico num clima de harmonia e estudo em um ambiente saudável.

À todas as pessoas que mesmo sem querer e sem saber oportunizaram a persistência na pesquisa.

Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem; lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize.

Boaventura Santos, 1995

LIMA, Waléria de Cássia Souza. *Accountability* na gestão do processo de aprendizagem no IFBA, campus Salvador.105f.il.2014. Dissertação (Mestrado) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

## RESUMO

O presente trabalho discute *accountability* e o processo de aprendizagem proporcionando um estudo sobre o acompanhamento pedagógico da educação profissional integrada à educação básica à luz das dimensões de *accountability*. Com referencial teórico que discute políticas públicas em educação e educação profissional, gestão da educação, processo de aprendizagem e *accountability*. Nessa pesquisa *accountability* será tratada de forma bidimensional no âmbito da justificação e responsabilização. A pesquisa tem caráter qualitativo, utilizou-se a metodologia de pesquisa-ação que objetiva simultaneamente, pesquisa e intervenção, desenvolvida a partir de pesquisa bibliográfica, documental, observação participante e expondo um planejamento de estratégias que partem do âmbito pedagógico para as outras áreas profissionais. Realiza uma reflexão sobre a importância da prestação de contas e justificação como possibilidade de correção de desvios ocorridos no processo de aprendizagem e não como um simples elemento de controle e fiscalização, mas de parceria com os *stakeholders*. Os resultados apontam para a necessidade de ressignificação das relações entre coletivo escolar e a esfera pedagógica, no Campus de Salvador, com a apresentação de um quadro demonstrando a aproximação dos mecanismos de *accountability* e o processo de aprendizagem, propondo mudanças e ajustes para a qualificação da gestão democrática e como consequência a redução das desigualdades sociais e respeito ao fortalecimento da cidadania e democracia, contribuindo para a formação de indivíduos críticos, conscientes de seus direitos e deveres e que possam interferir nos processos produtivos respeitando a si, ao próximo e a natureza.

**Palavras-chave:** *Accountability*, Educação Profissional, Gestão da Educação, Processo de Aprendizagem.



LIMA, Waléria de Cássia Souza. Accountability in the management of the learning process in the IFBA, campus Salvador..105f.il.2014. Dissertação (Mestrado) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

## ABSTRACT

This paper discusses accountability and learning process by providing a study of the pedagogical monitoring of integrated professional education in the light of the basic dimensions of education accountability. With theoretical framework that discusses public policies in education and professional education, management education, the learning process and accountability. Accountability in this research will be treated two-dimensionally in the context of justification and accountability. The research is qualitative, we used the methodology of action research that aims to both research and intervention, developed from literature, documentary research, participant observation and exposing a planning strategies that depart from the pedagogical framework for other professional areas .Performs a reflection on the importance of accountability and justification and possible correction of deviations occurring in the learning process and not as a simple element of control and supervision, but the partnership with stakeholders. The results point to the need for redefinition of relations between school community and the educational sphere, on the campus of Salvador, with the presentation of a framework demonstrating the alignment of the accountability mechanisms and the process of learning, proposing adjustments and changes to the qualification of democratic and consequently the reduction of social inequalities and respect to strengthen citizenship and democracy by contributing to the formation of critical individuals, aware of their rights and duties and that may interfere with the processes respecting themselves, others and nature. managed

**Keywords:** Accountability, Professional Education, Management Education, Learning Process

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Taxa de analfabetismo por faixa etária - Brasil 1996-2012....	23
Gráfico 2	Escolarização da população de 15 a 17 anos - 2006.....	24
Quadro 2	Accountability.....	44
Quadro 3	Stakeholders selecionados e atividades desenvolvidas.....	50
Figura 1	Relações entre pesquisa, ação, aprendizagem e avaliação...	54
Quadro 4	Accountability dimensões chaves.....	55
Quadro 5	Formação Acadêmica de servidores do DEPAE 2013.1.....	59
Quadro 6	Atividades realizadas pelos profissionais do DEPAE 2012.2..	60
Quadro 7	Registro de observação no setor multidisciplinar.....	62
Figura 2	Organograma do DEPAE 2013.1.....	65
Quadro 8	Planejamento discutido e aprovado pelo DEPAE.....	67
Figura 3	Organograma de DEPAE 2013.2.....	75
Quadro 9	Formação acadêmica de servidores do DEPAE 2013.2.....	75
Gráfico 3	Indicadores de desempenho comparativo entre 2012 e 2013.....	77
Quadro 10	Aproximação entre accountability e o processo de gestão aprendizagem.....	79
Quadro 11	Atividades desenvolvidas pelos stakeholders a partir da pesquisa.....	80
Quadro 12	Objetivos e alinhamentos com as proposições para intervenção.....	82

## Lista de Abreviaturas e Siglas

CF	Constituição Federal
CC	Conselho de Classe
CEFETBA	Centro Federal de Educação tecnológica da Bahia
DE	Direção de Ensino
DEPAE	Diretoria Adjunta Pedagógica e de Atenção ao Estudante
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
INEP	Instituto Nacional de Estudos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
NAPNE	Núcleo de Assistência às Pessoas com Necessidades Especiais
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAAE	Programa de Assistência e Apoio ao estudante
PNAD	PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PP	Projeto Pedagógico
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
TAMC	Termo de Acordo Metas e Compromisso
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>ATRAJETÓRIA RECENTE DA EDUCAÇÃO DO BRASIL.....</b>	<b>21</b>
2.1	AS POLÍTICAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	21
2.1.1	<b>Educação Profissional: uma possibilidade de articulação com a Educação Básica .....</b>	<b>28</b>
2.2	UM OLHAR SOBRE A GESTÃO DA EDUCAÇÃO.....	32
2.3	CONSTRUÇÃO TEÓRICA DA GESTÃO DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM.....	36
2.4	O DIÁLOGO ENTRE ACCOUNTABILITY E A GESTÃO DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM.....	41
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>52</b>
3.1	ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	52
3.2	UNIDADE DE ANÁLISE.....	54
3.3	MODELO DE ANÁLISE.....	54
3.4	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	55
3.4.1	<b>Pesquisa Documental e Bibliográfica.....</b>	<b>55</b>
3.4.2	<b>Observação Estruturada.....</b>	<b>56</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DAS FASES DE PESQUISA-AÇÃO E ACHADOS DOMONITORAMENTO E CONTROLE DA GESTÃO PROCESSO DE APRENDIZAGEM.....</b>	<b>59</b>
	A FASE EXPLORATÓRIA .....	

4.1	A FASE DE APROFUNDAMENTO.....	59
4.2		61
4.3	A FASE DE AÇÃO.....	65
4.4	A FASE DA AVALIAÇÃO.....	72
4.5	ANÁLISE DOS ACHADOS DO MONITORAMENTO E CONTROLE DOS RESULTADOS DA GESTÃO DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM.....	74
<b>5</b>	<b>PROPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES DE AÇÕES PARA A MEDIÇÃO DA GESTÃO DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM À LUZ DE ACCOUNTABILITY.....</b>	<b>82</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>86</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>88</b>
	<b>ANEXO A – Termo de acordo de metas e compromisso.....</b>	<b>94</b>
	<b>ANEXO B – Questionário I.....</b>	<b>101</b>
	<b>ANEXO C – Questionário II.....</b>	<b>103</b>
	<b>ANEXO D – Encaminhamento pós-conselho técnico .....</b>	<b>104</b>
	<b>ANEXO E – Calendário acadêmico do ensino técnico forma integrada 2013.....</b>	<b>105</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Com a transformação do CEFET-BA (Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia) em IFBA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia), em 2008, novas políticas e programas foram institucionalizados para o melhor desempenho e qualidade de ensino no processo de aprendizagem do Brasil. Essa transformação se deve ao potencial técnico e estrutural dos centros federais de educação tecnológica e das escolas técnicas e agrotécnicas.

Os novos institutos permitiram ao Brasil atingir condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico, conforme as diretrizes da SETEC – Secretaria de Educação Profissional e (2010):

O foco dos Institutos Federais será a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias. Responderão, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Os novos Institutos Federais atuarão em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador; e articularão, em experiência institucional inovadora, todos os princípios formuladores do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Este novo arranjo educacional abrirá novas perspectivas para o ensino médio, por meio de uma combinação do ensino de ciências naturais, humanidades e educação profissional e tecnológica (SETEC, 2010, p.3).

Diante da realidade de tantas mudanças, era viável observar as finalidades e características instituídas para os Institutos Federais que ora se estruturavam, dentre as quais podemos citar a Lei de implantação dos institutos, a 11892/2008, com um destaque no art.6º, item VI, “qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino” (SILVA, 2009, p. 8).

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), criado pela Lei nº 11.892/2008, é resultado das mudanças promovidas no antigo Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA). Com tradição centenária no ensino técnico-profissional e há mais de uma década no ensino superior, o Instituto atua em sintonia com as demandas profissionais do

mundo do trabalho, contribuindo para a cultura empreendedora e tecnológica do estado.

O IFBA é uma instituição comparada às universidades, mas possui estrutura diversa e muito mais ampla. Oferece desde a formação básica, passando por cursos de nível médio, até à graduação e pós-graduação. Hoje, dispõe de cursos superiores, entre eles, formações tecnológicas, bacharelados, engenharias e licenciaturas. Possui, ainda, mais de 40 grupos de pesquisa e projetos de extensão, atendendo a demandas sociais para o desenvolvimento socioeconômico regional.

Com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o objetivo é que o IFBA tenha cinco novos *campi* até 2014: Brumado, Euclides da Cunha e Juazeiro - onde já existem núcleos avançados do Instituto -, além de Lauro de Freitas e Santo Antônio de Jesus.

Atualmente, o Instituto possui 16 *campi* e 5 núcleos avançados: Barreiras, Camaçari/núcleo avançado em Dias D'Ávila, Eunápolis, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Jacobina, Jequié, Paulo Afonso/núcleo avançado em Euclides da Cunha e Juazeiro, Porto Seguro, Salvador/núcleo avançado em Salinas da Margarida, Santo Amaro, Simões Filho, Valença, Vitória da Conquista/núcleo avançado em Brumado e Seabra.

Isso impôs, aos institutos, mudança de paradigmas para assentar novas práticas pedagógicas coerentes com os avanços, na implementação dos espaços em centros de referências, a fim de proporcionar apoio técnico-científico às instituições públicas de ensino, trabalho que apresenta relevância e necessita de um efetivo humano com formação acadêmica tamanha sua complexidade.

Os institutos apresentam como princípio em sua proposta político-pedagógica, segundo MEC – SETEC (2010):

Deverão ofertar educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; cursos superiores em tecnologia; licenciatura e bacharelado em área que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias, bem como programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada do trabalhador e do futuro trabalhador (MEC; SETEC, 2010 ,p. 27).

O IFBA, observando esse princípio, vem oferecer Educação Profissional em atendimento à formação integral do indivíduo e a Educação Básica de forma articulada ou integrada e apresenta a possibilidade de reparação para os desvios ocorridos na área educacional, porquanto muitos indivíduos estiveram fora do Sistema Educacional Brasileiro por motivos como repetência, trabalho, desagregação familiar e currículos escolares descontextualizados. Objetiva proporcionar tratamento adequado para as pessoas que já estão no mundo do trabalho ou à procura de colocação profissional e necessitam da formação básica e profissional em menor tempo, sem perder, porém, a qualidade e garantindo a formação integrada do indivíduo.

Sobre a Educação Profissional, essa tem conquistado alguns avanços bem notáveis a partir do Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, que no seu Art.13, item V, dentre outras competências, apresenta “Instituir mecanismos e espaços de controle social que garantam gestão democrática, transparente e eficaz no âmbito da política pública e dos recursos destinados à Educação Profissional e Tecnológica”.

É um desafio para as instituições de ensino instituir esses mecanismos e espaços de controle social, com disposição e alocação de recursos adequados às necessidades do processo de aprendizagem e ainda com a garantia de espaços e tempos pedagógicos que possibilitem a integração da informação e dos novos conhecimentos, gerenciar estratégias de monitoramento pedagógico que facilitem o armazenamento e utilização desses conhecimentos.

Concebendo que os mecanismos utilizados de *accountability* podem auxiliar a construção de uma cultura de responsabilização e justificação coerentes com o papel democrático da educação, crê-se que uma combinação dos mecanismos empregados em *accountability* e a estruturação da gestão do processo de aprendizagem poderão favorecer demonstrações dos desvios, equívocos ou êxitos ocorridos neste processo, oportunizando as tomadas de decisões para a construção do sucesso escolar, no Campus de Salvador do IFBA.

Neste estudo, a estrutura do significado de *accountability* será tratada de forma bidimensional no âmbito da responsabilização e da aplicação de



sanções, de certa forma cuidando do monitoramento e empregando esforços para que a gestão pública da educação aconteça de forma transparente e orientada.

O IFBA, Campus de Salvador, para priorizar o planejamento de condições favoráveis de aprendizagem, tem empregado esforços e disponibilizado recursos para viabilizar projetos pedagógicos que deem conta de situações adequadas para a qualidade do processo de aprendizagem.

Para viabilizar uma educação de qualidade que atendesse e acompanhasse o desenvolvimento educacional do Brasil, em 2008, o Ministério da Educação, MEC, por intermédio da SETEC, firmou o Termo de Acordo de Metas e Compromissos, TAMC, **anexo A**, com o IFBA, onde estabeleceram índices de eficiência, índices de eficácia com racionalização da efetividade dos recursos investidos.

Tudo isso trouxe estímulo para o Campus de Salvador, que vem examinando com destaque o desempenho dos estudantes, visando ao acompanhamento e correção nos desvios apresentados no processo de aprendizagem, o que possibilitou uma investigação organizacional a ponto de estimular esta pesquisa.

Com o propósito de acompanhar aplicação do TAMC, na gestão do processo de aprendizagem, e conhecendo a importância da informação, justificação, prestação de contas e responsabilização para uma gestão em educação autônoma e democrática, o tema situado nesta de pesquisa é *accountability* e o processo de aprendizagem.

Vale dizer que o processo de investigação sobre o tema não tem a pretensão de encerrar a discussão com a conclusão do projeto, mas sim avançar na proposição de ações que fortaleçam a práxis pedagógica e possam contribuir com a educação do país, melhorando a qualidade do processo de aprendizagem.

O objeto desse estudo é *accountability* e a gestão do processo de aprendizagem, na perspectiva de melhorar a qualidade da gestão do processo de aprendizagem e conseqüentemente o êxito escolar no IFBA, Campus de Salvador.

Para a observação do fenômeno em estudo a questão central é: **Como acontece a gestão do processo de aprendizagem à luz das dimensões de prestação de contas e responsabilização de *accountability*?**

Partimos de um pressuposto para que, durante a pesquisa, possamos verificar se em algum momento da gestão do processo de aprendizagem se aplica, se realiza a *accountability* ou se pretende aplicar/realizar. Pressupomos que a gestão do processo de aprendizagem, instituído no Campus de Salvador, não contempla, no setor pedagógico, mecanismos de *accountability* que somem aspectos importantes para retroalimentação no processo educativo.

Alguns objetivos foram traçados para orientar a pesquisa e o curso da observação dos pressupostos e estão estruturados em:

- **Objetivo geral**

Analisar a estrutura do trabalho pedagógico e os mecanismos de *accountability* (prestação de contas e responsabilização) aplicados no âmbito do setor pedagógico visando a qualidade da gestão do processo de aprendizagem, no Campus de Salvador.

- **Objetivos específicos:**

- a) Verificar as dimensões de *accountability*, visando a uma adequação à gestão do processo de aprendizagem;
- b) Identificar quais são os mecanismos de monitoramento e controle que são utilizados na gestão do processo da aprendizagem;
- c) Estruturar ações que contribuam para novas estratégias e procedimentos da aprendizagem contemplando *accountability*;
- d) Recomendar ações que fortaleçam a estrutura da gestão do processo de aprendizagem a partir da incorporação dos procedimentos das dimensões de *accountability*.

A busca em qualificar o processo de aprendizagem com análise dos resultados, observação e intervenção nas práticas pedagógicas, à luz dos mecanismos de *accountability*, pretende o alcance de uma educação autônoma e democrática com reflexos na formação integral do indivíduo.

O IFBA tem promovido uma discussão constante sobre o processo de aprendizagem, que precisa estar estruturado para o exercício de uma gestão pedagógica democrática e, nesse caminho, aplicar *accountability* nas ações de gestão só soma credibilidade para o desenvolvimento da instituição.

O compromisso com essa pesquisa é de apresentar um estudo que possa nutrir a educação brasileira de dados sobre o acompanhamento do processo de aprendizagem da educação profissional integrada à educação básica, à luz das dimensões de *accountability*, e, como consequência, a redução das desigualdades sociais e respeito ao fortalecimento da cidadania e democracia.

A investigação de *accountability* e do processo de aprendizagem no IFBA, Campus de Salvador, é para possibilitar uma aproximação dos mecanismos de *accountability* com o processo de aprendizagem e assim poder propor mudanças ou ajustes para a qualificação da gestão em educação.

A pesquisa discute a necessidade de desenhar ações para a rotina pedagógica e melhorar o desempenho do setor pedagógico no processo de aprendizagem referente à elevação de escolaridade, verificação dos instrumentos utilizados para informação e prestação de contas e, assim, observar, discutir e estudar a elaboração de proposições sobre as adequações e/ou novas formas de controle e monitoramento do processo de aprendizagem. Pretende também contribuir com a reflexão sobre a importância da prestação de contas e justificação como forma de acompanhamento e correção de desvios, não como simples elemento de controle e fiscalização, mas estabelecendo parcerias entre os setores do Campus.

Na rotina da pesquisa foi pautada a apresentação e investigação de dados e formulação de estratégias que auxiliaram a verificação das atividades da gestão do processo de aprendizagem para que se observassem se existiam ou não fragilidades na gestão do processo de aprendizagem e a incorporação de novas práxis pedagógicas, considerando o contexto da integração curricular para a aprendizagem e as dimensões da *accountability*.

A observação da gestão pedagógica numa instituição de ensino cujo objetivo não é lucro financeiro e sim a formação do ser humano oportunizou um estudo sobre *accountability* visando uma gestão democrática.

Apresentar informações e justificativas representa a possibilidade de responsabilização e de punição para a negligência ou imperícia, o que, para a formação do indivíduo, é um avanço, levando em consideração os ensinamentos de Pinho e Sacramento (2009, p.1350) que afirmam que *accountability* “nasce com assunção por uma pessoa da responsabilidade delegada por outra, da qual se exige a prestação de contas, sendo que a análise dessas contas pode levar à responsabilização”.

Quando os autores fazem essa afirmação não significa ser algo fácil, presente nas rotinas dos gestores públicos. Esse deve ser o caminho para aqueles que abraçam a gestão pública, cabendo a esse gestor prestar contas do trabalho que se está realizando e do que foi realizado e se responsabilizar pelos atos, que, conseqüentemente, devem estar respaldados em normas e leis. A democracia legítima, permite e estimula esse procedimento.

Dessa forma, para uma sociedade que vive a sensação constante de impunidade e falta de providências após apuração de fatos relevantes, um estudo que apresente informações sobre a importância da prestação de contas e responsabilização pode gerar estímulo à comunidade estudantil, que ora apresenta consideráveis índices de evasão (deixam a escola por vários motivos) e repetência (muitas vezes, a reprovação não está na falta de conhecimento ou de aprendizagem do estudante). É mais uma forma de construir um pensamento equânime e justo para a convivência saudável entre os atores do processo de aprendizagem.

Quanto mais informações sejam disponibilizadas para os atores envolvidos que revelem transparência e prestação de contas do processo de que ele participa, melhor a possibilidade de acompanhar e se sentir seguro no processo, o que, conseqüentemente, poderá trazer, no caso da aprendizagem, possibilidade de êxito e correções no processo.

O objeto de estudo encontra-se nas instituições de ensino que realizam uma discussão contemporânea sobre a incorporação de mecanismos que

possam refletir uma gestão democrática e uma gestão do processo de aprendizagem transparente a ponto dos atores envolvidos se responsabilizarem pelo ato de aprender, incorporarem novas tecnologias de informação e comunicação, desvencilharem-se de um processo discriminatório, resolverem dificuldades e aproximar as pessoas do conhecimento.

Nesse caso, a instituição de ensino para estudo adota como modalidade a Educação Profissional, que traz no seu arcabouço um pouco das experiências das escolas profissionalizantes, típicas do taylorismo/fordismo, as quais vão aos poucos se tornando anacrônicas pelas novidades apresentadas pelo mundo produtivo que vai exigindo do indivíduo comportamento, conforme anuncia Kuenzer (2009 p.12), como: “desenvolvimento de habilidades cognitivas, éticas e estéticas em substituição aos fazeres aprendidos pela repetição e memorização, torna-se necessário estabelecer relações mais adequadas entre educação e trabalho”.

Como justificativa teórica para a pesquisa, o estudo foi realizado observando a gestão do processo e a investigação se deu na perspectiva de verificar como estavam planejadas as atividades no processo, sua avaliação e monitoramento no setor pedagógico do Campus de Salvador.

Segundo Libâneo (1992, p. 81), as atividades humanas praticadas em qualquer ambiente podem levar a uma aprendizagem e, no nosso caso, o ambiente foi a instituição de ensino, na gestão do processo de aprendizagem, verificando a assimilação dos conhecimentos e como os modos de ação no setor pedagógico estão organizados visando o favorecimento de condições de informação, justificação e responsabilização no processo de ensino.

Os resultados da aprendizagem foram verificados quando observamos as mudanças no comportamento do sujeito, nas suas relações internas com o ambiente físico e com o meio social. Consideramos que aprendizagem é consequência da assimilação dos objetivos, conteúdos e métodos que dependem do processo de ensino, mas que não são transferidos da cabeça do professor para a cabeça do aluno. O professor deve entender que influencia, significa e ressignifica conteúdos para que, mobilizando o aluno, a consequência seja a aprendizagem, resolução de situações problemas, senso

crítico frente aos objetos de estudo e a realidade, convicções, valores humanos e interesse pelo conhecimento.

Toda a pesquisa se justifica para qualificar melhor o Campus de Salvador no âmbito pedagógico que acompanha o desenvolvimento do ensino promovido pelos docentes e da aprendizagem dos alunos, a partir da avaliação, do currículo e do planejamento pedagógico, uma vez que esse acompanhamento é importante para o sucesso do estudante e da escola.

Tendo como objeto de estudo o processo de aprendizagem à luz de *accountability*, o empenho foi para apresentar o estudo com uma sequência de informações e conceitos que se articulem visando à construção de novos questionamentos e possibilidades de melhorar a educação para uma sociedade com indivíduos críticos, conscientes de seus direitos e deveres e que pudessem interferir nos processos produtivos respeitando a si, ao próximo e a natureza, com vistas à sustentabilidade.

Para o desenvolvimento desse estudo foi pensada a organização de um capítulo para a discussão sobre trajetória recente da educação do Brasil, outro sobre as políticas em educação no âmbito do ensino médio, educação profissional: como possibilidade de articulação com a educação básica, um olhar sobre a gestão da educação, construção teórica sobre a gestão do processo de aprendizagem, um diálogo entre *accountability* e a gestão do processo de aprendizagemem seguida um capítulo para metodologia e análise dos achados sobre o monitoramento e controle do processo de aprendizagem e o que os aproxima ou não de *accountability*. Prosseguindo, um capítulo sobre proposições e recomendações de ações que podem contribuir para a mediação na gestão do processo de aprendizagem e as considerações finais.

## 2 A TRAJETÓRIA RECENTE DA EDUCAÇÃO DO BRASIL

Ao objetivo deste capítulo é mostrar como a gestão da educação tem sido contemplada pelas políticas públicas no período mais recente, pós Constituição de 1988.

Como a educação tem como objetivo amplo a formação integral do indivíduo e o Estado compartilha essa tarefa com as famílias, esses dois agentes precisam dialogar durante o processo educacional até entenderem que o estudante terá sua vida toda para aprender.

É importante entender que as políticas precisam ter caráter avaliativo a ponto de submetê-las ao juízo público, a partir dos mecanismos de *accountability*, como prestação de contas e responsabilização, na perspectiva de qualificar os sistemas de ensino em suas potencialidades e reduzir as tensões e reações da sociedade.

### 2.1 AS POLÍTICAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

No Brasil, o debate sobre a eficácia nas Instituições de Ensino é mais antigo e, nos anos 1990, a sua principal consequência foi a criação de sistemas de avaliação como Provão, Enem, Provinha Brasil entre outros. Esses são sistemas de avaliação externa, que traduzem a performance de cada instituição em relação às demais, contribuindo com registros para o processo de monitoramento na gestão da Educação.

Por outro lado, a história da Educação no Brasil registra muitas e criativas experiências de educação não formal, envolvendo práticas culturais, formação política, qualificação para o trabalho. Entretanto, os desafios da elevação de escolaridade e o êxito escolar tendem a ocupar o centro do debate público atual a respeito da educação, relegando a um plano secundário outras dimensões igualmente relevantes em função da Constituição Federal de 1988, que conferiu prioridade a escolarização assegurando o ensino fundamental público e gratuito em qualquer idade, inscrevendo a educação de jovens e adultos no rol dos direitos da cidadania.

Entendendo como Políticas públicas o conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado, direta ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam a assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico é que a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica vem priorizando a integração da Educação Básica à Educação Profissional numa tentativa de atender aos direitos assegurados, constitucionalmente, de oportunizar educação para todos da sociedade.

Vem crescendo, no Brasil, o interesse pela participação cidadã como marca para uma boa administração. De acordo com Milani (2008, p. 552), “fomentar a participação dos diferentes atores políticos e criar uma rede que informe, elabore, implemente e avalie as políticas públicas são, hoje, peças essenciais nos discursos de qualquer política pública (auto) considerada progressista”.

No início da segunda metade do século XX, educadores e políticos imaginaram uma *educação internacionalizada*, confiada a uma grande organização, a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, pois existia uma preocupação quanto ao fato de que os países altamente desenvolvidos já haviam universalizado o ensino, enquanto o Brasil e muitos outros países continuavam com índices alarmantes de analfabetismo e abandono escolar, o que ainda pode ser constatado no século XXI, no gráfico 1.

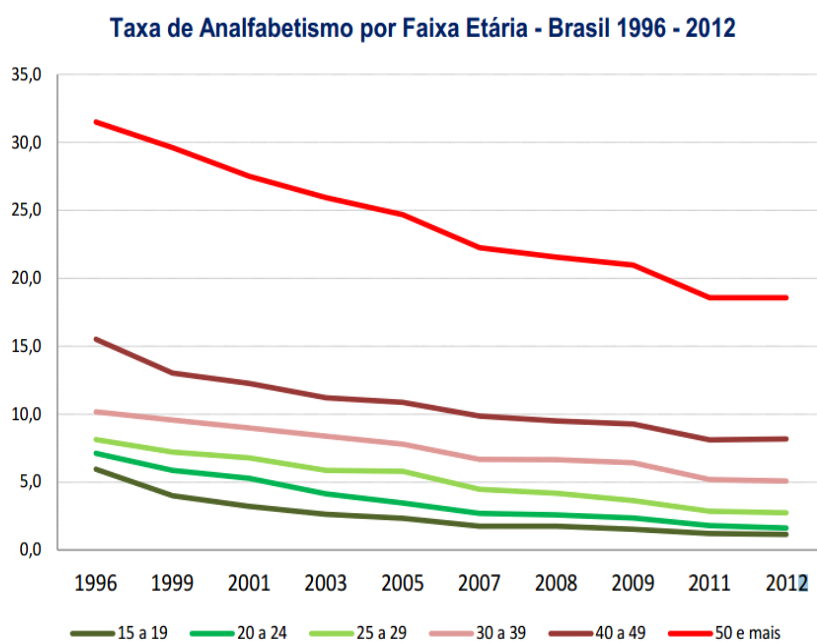
O IBGE, ao analisar dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), mostrou que o percentual de jovens que não haviam completado o ensino médio e que não estavam estudando era de 43,8% em 2001, mas ainda de 32,2% em 2011. Em países como Suíça, Polônia, Áustria, Irlanda, Dinamarca e Bélgica, a taxa de abandono dos estudos é de menos de 10%. Itália, França e Alemanha têm percentuais inferiores a 15%.

Ainda de acordo com o IBGE, em 2011 o abandono escolar atingia mais da metade dos jovens de 18 a 24 anos pertencentes à fatia mais pobre da população, enquanto no quinto mais rico essa proporção era de 9,6%.



A sociedade democrática começa a definir a avaliação como elemento fundamental de governança, visando a regulação dos entes públicos dos sistemas educacionais, a partir dos índices de acesso, sucesso e desempenho escolar aferidos por avaliações com o foco comparativo.

**Gráfico 1** – Taxa de Analfabetismo por Faixa Etária – Brasil 1996 - 2012



Fonte: IIBGE 2012-editora IBGE, 2012.

Na análise dos dados, o IBGE utilizou um estudo feito em países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), que confirma a maior vulnerabilidade dos jovens que não concluíram o ensino médio em relação ao acesso às oportunidades de qualificação e ao emprego estável. "Eles vivenciam maiores chances de desemprego, também sofrem com empregos instáveis, inseguros e de baixa remuneração", aponta o estudo (IBGE 2012).

"Por isso, os jovens que abandonaram a escola sem completar o ensino médio tornaram-se o problema mais grave a ser enfrentado pela política educacional desses países atualmente", diz o IBGE (2012) na análise.

São apresentados no Relatório de Monitoramento Global da UNESCO (2008) alguns fatores fundamentais para uma boa aprendizagem, incluindo número suficiente de dias letivos, acesso a livros e materiais didáticos, escolas seguras e bem-conservadas, professores com formação e em quantidade

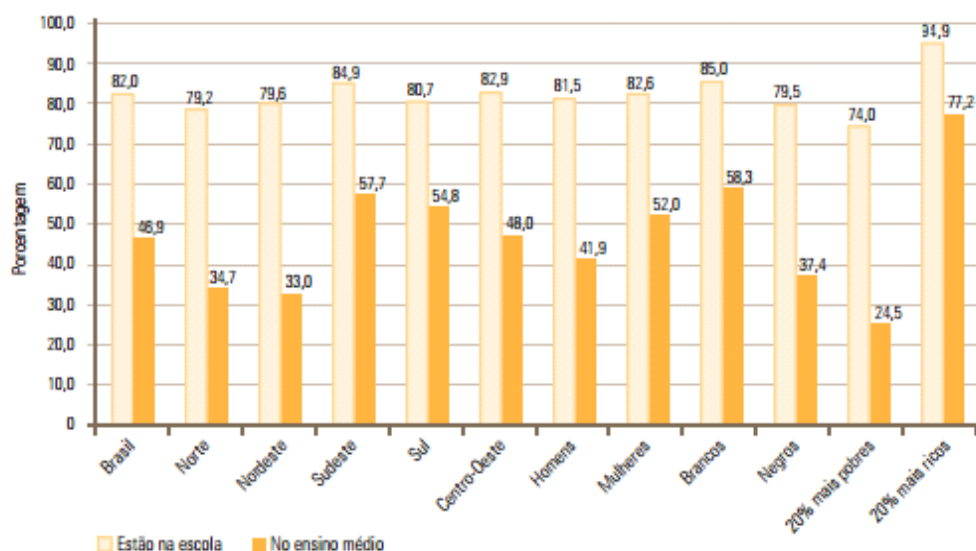
adequadas. Problemas relativos a todos esses fatores ainda estão presentes na educação brasileira.

Nesse relatório, não é feita alusão ao corpo técnico-pedagógico, equipe que está presente nas instituições de ensino e, no entanto, quando se avalia aprendizagem ou educação essa equipe parece não existir no meio escolar. Nesse momento, não discutiremos este aspecto, mas é importante não ignorá-lo, pois, ao longo da pesquisa, os estudos irão demonstrar que existe um *background*, “pano de fundo”, uma “marca d’água”, que deixa sua impressão no processo de aprendizagem: a equipe técnico-pedagógica.

Continuando a reflexão, o Relatório de Monitoramento de Educação para Todos (2008) diz:

Os entraves devidos ao fluxo escolar ficam especialmente demonstrados quando os percentuais dos que cursam o ensino médio na idade correta (15 a 17 anos) são comparados à proporção nessa idade que estão na escola frequentando qualquer nível de ensino (figura 4): 82% dos jovens estão na escola, mas apenas 46,9% encontram-se no ensino médio. Em suma, é expressiva a parcela da população de jovens que estão na escola, porém o sistema educacional não tem se mostrado capaz de fazê-los avançar e concluir com sucesso a escolaridade. (UNESCO, 2008, p.27)

**Gráfico2** - Escolarização da População de 15 a 17 anos 2006



Fonte: Microdados (Pnad/IBGE), processados pela Disoc/Ipea

É possível constatar, no **gráfico 2**, que, no Brasil, um pouco mais da metade dos estudantes entre 15 e 17 que estão na escola seguem em direção do ensino médio. Um avanço de maneira geral.

Observamos que os percentuais de acesso à escola estão acima dos 70%, o que significa um crescimento para a Educação. Já o sucesso escolar não se consegue constatar na mesma amplitude, pois os percentuais de jovens fora do ensino médio, principalmente os 20% mais pobres, que é menos de 30%, conseguem acessar o ensino médio. Conclui-se que não só o acesso, mas a permanência e o sucesso escolar também precisam seguir uma lógica e dinâmica intra e extra-escola, que possam demonstrar os avanços no ensino médio.

Os sistemas nacionais de educação vêm possibilitando numerosos planos de educação, que diminuíram custos e elevaram os benefícios, porém não sustentados por muito tempo, ocasionando a situação do quadro de uma educação elitizada. Os que podiam pagar por uma educação de qualidade tinham o direito ao conhecimento científico e os que não podiam tinham, na educação pública, a possibilidade de acessar o conhecimento científico de forma precária, contribuindo para a evasão e fracasso escolar, que, conforme estudo disponibilizado pelo MEC, em Documento Regional BRASIL (2005), ainda apresenta outras razões para esse abandono:

[...] a busca da superação do fracasso escolar se articula a processos mais amplos do que a dinâmica intra-escolar sem negligenciar, nesse percurso, a real importância do papel da escola nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes. Isto quer dizer que existe um conjunto de variáveis, intra e extra-escolares, que intervêm no processo de produção do fracasso escolar indo desde as condições econômicas (desigualdades sociais, concentração de rendas, etc), culturais dos alunos e seu (des) compasso com a lógica de organização, cultura e gestão da escola (perspectiva institucional) até as dinâmicas e práticas pedagógicas utilizadas, em que se estruturam os processos ensino-aprendizagem propriamente ditos cujo balizamento encontra forte expressão na relação professor e aluno. Assim, é fundamental não perder de vista que o processo ensino-aprendizagem é mediado pelo contexto sociocultural, pelas condições em que se efetivam a aprendizagem e o desenvolvimento, pelos processos organizacionais e, conseqüentemente, pela dinâmica em que se constrói o projeto político-pedagógico. (DOURADO, 2005, p.2).

Acreditando que o processo de aprendizagem é mediado pelo contexto sociocultural e outras condições que se efetivam durante o seu

desenvolvimento, torna-se possível a realização do estudo tentando realizar uma *interface* entre processo de aprendizagem e mecanismos de *accountability*.

Nesse contexto, os projetos e programas pensados para educação não davam conta das necessidades da população que estava à margem da sociedade, ficando mais uma vez excluída das possibilidades de acesso ao saber institucionalizado e de informações de como a educação pode ter e ser de qualidade.

O Brasil vem tentando adotar, no sistema educacional, um planejamento articulado por meio de planos educacionais nas diversas esferas a exemplo do PNE, Plano Nacional de Educação, que foi sancionado pelo Presidente da República, em forma de Lei 10.172, em janeiro de 2001. Em linhas gerais, o PNE incorporou os princípios de gestão das organizações escolares públicas, já contidos na Constituição Federal e na LDBEN, Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional. Assim, o PNE passou a compor o arcabouço institucional de políticas destinadas a orientar os sistemas de ensino do país.

Confirmando essa visão política da situação, o governo lançou, em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, um conjunto de mais de 40 medidas, abrangendo todos os eixos, níveis e modalidades da Educação. Esse plano vem reforçar cada etapa de ensino e promover a articulação de todo o sistema, permitindo a organização de eixos norteadores. Os pilares de sustentação do PDE são: visão sistêmica da educação, territorialidade, desenvolvimento, regime de colaboração, responsabilização dos agentes públicos que comandam o sistema educacional e mobilização das comunidades.

Os programas e ações do PDE foram institucionalizados em Leis, Decretos Portarias Interministeriais e Planos de Ações Articuladas firmados com todos os 26 estados, o Distrito Federal e todos os municípios. Apesar de não ser a tradução direta do PNE (Plano Nacional de Educação), o PDE, como conjunto de programas e ações destinadas à melhoria da educação, acabou por constituir-se em importante instrumento para persecução das metas quantitativas estabelecidas naquele diploma legal.

Com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, o MEC vem reforçar uma visão sistêmica da educação, com ações integradas e sem disputas de espaços e financiamentos. No PDE, investir na educação básica significa investir na educação profissional e na educação superior, estruturando as possibilidades de investimentos tanto para educação básica, que contempla a educação profissional, tanto para educação superior.

Na LDBEN, promulgada em 1996, há uma alteração na hierarquia desses agentes, conforme podemos deduzir do seguinte excerto: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 2º)” (DEMO, 2001).

A CEF, no Art. 205, refere-se aos grandes objetivos da Educação Nacional. Seu raio de alcance deve atingir os seguintes objetivos em se tratando de educação: primeiro, o pleno desenvolvimento da pessoa; segundo, seu preparo para o exercício da cidadania; terceiro, sua qualificação para o trabalho. Portanto, desenvolvimento, cidadania e trabalho são palavras centrais no campo das finalidades educacionais.

É preciso registrar que o Ministério da Educação, na aprovação da Emenda Constitucional 59/2009, possibilitou grandes conquistas para a educação nacional ao prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos, ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica e estabelecer nova redação para o parágrafo 214 da Constituição Federal. No texto atual, fixou-se o prazo decenal para o plano nacional de educação, com o objetivo de articular nacionalmente os sistemas de ensino em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.

O aumento da demanda por qualificação no setor produtivo tem exigido dos trabalhadores novas habilidades para conseguir acesso ao mundo

do trabalho e um itinerário seguro para seguir um percurso que dê conta de combater a desigualdade.

É nesse contexto educacional que a pesquisa acontece e, portanto abriremos a seção a seguir para dialogar e refletir sobre a educação profissional integrada à educação básica, em plena expansão e onde o governo tem investido recursos, esforços e estimulado, pois uma das primeiras finalidades dos institutos é a oferta de educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades.

### **2.1.1 Educação Profissional: uma possibilidade de articulação com a educação Básica**

A educação integrada do indivíduo está na pauta da discussão da SETEC, visando à melhoria do processo educacional que, segundo Pacheco (2011 p. 29) “o que está posto para os Institutos Federais é a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de um outro mundo possível”.

O governo brasileiro apresenta a possibilidade de uma articulação entre a educação básica e educação profissional que se estrutura através de políticas e programas que se efetivam a partir de um compromisso com a superação das desigualdades, como eixo do crescimento do país.

Esse eixo de crescimento apresenta uma visão de Estado como um indutor fundamental que se preocupa em desenvolver políticas de educação para a inclusão social e superação das desigualdades, da radicalização da democracia, de fortalecimento dos canais de diálogos, com capacidade de compartilhar decisões importantes entre o governo e sociedade, em consonância com o projeto de desenvolvimento nacional. Isso tudo demonstra a vontade de realizar uma gestão transparente e participativa, contemplando o *accountability*.

Alguns programas adotados pelos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica puderam e foram estimulados a continuar, uma vez que estavam contemplados nas metas dos Institutos Federais, com a perspectiva

de buscar a superação da dualidade entre laboratório e sala de aula, o pensamento e a prática, o trabalho manual e o intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante.

Vale citar alguns programas e ações da SETEC, disponibilizadas no seu *site*, que estão acontecendo no Brasil em busca de superar a dicotomia entre o fazer e o pensar, buscando a inclusão e desenvolvimento educacional.

- Programa Mulheres Mil - O Programa Mulheres Mil tem como objetivo oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero. Mulheres em situação de vulnerabilidade social têm acesso à educação profissional, ao emprego e renda;
- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec) - O Pronatec foi criado pelo Governo Federal em 2011 com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.
- Rede Certific - é um programa de certificação de saberes adquiridos ao longo da vida. Os trabalhadores terão seus conhecimentos avaliados e também podem receber cursos para melhorar a sua formação.
- Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional – Cobre todos os estados brasileiros, oferecendo cursos técnicos de tecnologia, licenciaturas, mestrado e doutorado.
- Programa Brasil Profissionalizado - Criado em 2007, o programa possibilita a modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio integradas à educação profissional, uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O objetivo é integrar o conhecimento do ensino médio à prática.
- Rede e-Tec Brasil - Lançado em 2007, visa à oferta de educação profissional e tecnológica à distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios.
- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)- Tem a proposta de integração da educação profissional à

educação básica, buscando a superação da dualidade trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante.

- Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação (Profucionário)- É um programa que visa à formação dos funcionários de escola, em efetivo exercício, em habilitação compatível com a atividade que exerce na escola.

Todos esses programas e ações são formas de construção de respostas para diversos desafios, tais como, o da formação do profissional, da falta de infraestrutura de alguns estabelecimentos de ensino, da organização curricular integrada, a superação das distorções idade/série, qualificação profissional, certificação de saberes, formação continuada em serviço, de parcerias entre as redes de educação e do emprego de novas metodologias, de tecnologias e de mecanismos de assistência que favoreçam a permanência e a aprendizagem do estudante.

A intenção com esses programas e ações objetiva preparar e formar o indivíduo para atuar no mundo do trabalho, com os novos arranjos produtivos, de forma que consigam se posicionar, interferir e avaliar os processos produtivos, contribuindo para uma sociedade humanizada, sustentável e atingindo, assim, uma das competências estabelecidas para a SETEC, no Art. 13 do Decreto nº 7.690/2012, que é: “Estabelecer mecanismos de articulação e integração com os sistemas de ensino, os setores produtivos e demais agentes sociais no que diz respeito à demanda quantitativa e qualitativa de profissionais, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica” (BRASÍLIA, 2012).

O decreto institui que os sistemas de ensino devem se articular e integrar com os setores produtivos a fim de atenderem as demandas de formação profissional e tecnológica. Para isso, é preciso constatar o sucesso escolar, que, nesse caso, é a certificação.

Podemos destacar como grandes finalidades da educação: o desenvolvimento da pessoa ou, simplesmente, o desenvolvimento humano (saber ser), seu preparo para o exercício da cidadania (saber viver em



comunidade) e qualificação para o trabalho (saber agir ou fazer no mundo do trabalho).

A partir desses parâmetros, a Educação Profissional traz a concepção de competência, como elemento orientador de currículos, fundamentando os conjuntos integrados e articulados de situações-meio, pedagogicamente concebidos e organizados para promover aprendizagens profissionais significativas. Os currículos, portanto, não são mais centrados em conteúdos ou necessariamente traduzidos em grades de disciplinas. A nova educação profissional desloca o foco do trabalho educacional do ensinar para o aprender, do que vai ser ensinado para o que é preciso aprender no mundo contemporâneo e futuro e Freire (2006) orienta que:

A integração resulta da capacidade de ajustar-se à realidade acrescida da de transformá-la, a que se junta a de optar, cuja nota fundamental é a criticidade. À medida que o homem perde a capacidade de optar e vai sendo submetido a prescrições alheias que o minimizam e suas decisões já não são suas, porque resultadas de comandos estranhos, já não se integra. Acomoda-se. Ajusta-se. O homem integrado é o homem sujeito. A adaptação é assim um conceito passivo – a integração ou comunhão, ativa. Este aspecto passivo se revela no fato de que não seria o homem capaz de alterar a realidade, pelo contrário, altera-se a si para adaptar-se. A adaptação daria margem apenas a uma débil ação defensiva. Para defender-se, o máximo que faz é adaptar-se (FREIRE, 2006, p.50).

Para garantia dessa integração orientada por Freire, é importante que, no caso da educação pública, gratuita e de qualidade, os agentes públicos possam prestar contas de suas atividades aos cidadãos, que considerem suas opiniões e que possibilitem o exame dos seus atos para garantia de um processo democrático educacional efetivo.

Com o escopo de observar como a *accountability* aparece no processo de aprendizagem como forma e mecanismo de possibilitar através das informações prestadas aos cidadãos, características de razoabilidade e proporcionalidade sobre a educação pública, gratuita e de qualidade, alguns elementos devem ser observados, a exemplo da gestão da educação no processo de aprendizagem.

## 2.2 UM OLHAR SOBRE A GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Se considerarmos a gestão como uma ferramenta de controle e acompanhamento de processos gerenciais e de ações de outros, podemos aprender com PARO (1986) que gestão é uma mediação entre pessoas, recursos, tempo e planejamento na busca da concretização de metas e objetivos.

O domínio da gestão em educação tem configurado como requisito o exercício de uma gestão eficiente e eficaz. Esse domínio está alicerçado em alguns pressupostos, como integração ao mundo do trabalho, interação com outras políticas públicas, recuperação do poder normativo da LDB, reestruturação do sistema público de ensino, no caso aqui o nível médio técnico, com envolvimento da comunidade escolar.

Cury (2005) afirma que:

A conquista do princípio constitucional da gestão democrática, em 1988, em estabelecimentos oficiais dos sistemas de ensino representou e continua representando um passo admirável para a vida democrática de nossos estabelecimentos e para os próprios sistemas de ensino. Ela implica a participação cidadã dos interessados e a necessidade de prestação de contas por parte dos dirigentes e dos próprios docentes quanto aos objetivos da educação escolar [...] (CURY, 2005, p.9).

Uma gestão democrática deve contemplar, no âmbito da educação, um projeto pedagógico coletivo e elaborado na perspectiva de um aprendizado qualitativo e político. E ainda mais: deve, ao longo da execução do projeto pedagógico, submetê-lo à avaliação da comunidade e divulgar os resultados para que a comunidade possa perceber as fragilidades, possibilidades e avanços. Essa leitura da comunidade a respeito da execução do projeto político dá a todos a sensação de participação e credibilidade no processo e, para o gestor, segurança para seguir ou replanejar e legitimidade para gerir o processo.

Milani nos ensina que é importante a confiança nos nossos representantes e que a transparência deve estar mais próxima do cidadão para que ele possa acompanhar e opinar junto aos seus representantes.

Milani (2008 p.553) questiona “se houver desconfiança em relação aos atos dos representantes políticos, e em sendo a burocracia ineficiente e pouco transparente aos olhos dos cidadãos, o que fazer para não comprometer as instituições políticas democráticas e assegurar a efetividade da gestão pública?”.

Quando Milani questiona sobre políticas democráticas e a efetividade dessa gestão, deixa a reflexão sobre a importância da transparência na gestão pública, objetivando gerar credibilidade e confiança dos cidadãos nas instituições públicas. O compromisso não é puramente retórico; tem a ver com zelo pelas normas legais, pela práxis e publicização dos resultados e intenções.

Alguns marcos jurídicos, como a Constituição Federal de 1988, a LDB 9394/96, O PDE, em 2007, são indispensáveis à criação das condições objetivas para a efetivação de políticas de Estado. Ressaltem-se, ainda, a realização de conferências nacionais de educação, congressos e assembleias como espaços de participação da sociedade na construção de novos marcos para as políticas educacionais.

A agenda nacional vem priorizando o tema educação nos anos mais recentes, por ser um instrumento de inclusão social e um dos mais importantes instrumentos para redução das desigualdades sociais no Brasil. Isso tem mobilizado o governo brasileiro e os segmentos da sociedade a unirem esforços em torno de um bem comum com objetivo de ampliar o acesso, a permanência e o êxito com educação de qualidade para todos os brasileiros.

A partir das últimas décadas do século XX, algumas instituições, como Associação de Pais, Grêmios Estudantis e Conselhos Escolares, são constituídas para auxiliar a gestão da educação, consolidando-se como canais legítimos de participação da sociedade, fato que possibilita um alicerce para a construção de uma gestão democrática, proporciona uma reconfiguração das relações de poder nas escolas e traz uma perspectiva e possibilidade de redimensionamento do poder centralizador do diretor da escola.

Para o redimensionamento de um poder centralizador do diretor da escola é importante que o mesmo reduza sua resistência quanto à participação

dos docentes, servidores, dos estudantes e seus responsáveis na dinâmica de sua gestão. A legislação também determina e limita as atribuições e competências das instituições de ensino, o que auxilia sua respectiva gestão. Gadotti (2010 p. 51) vem traduzir da seguinte forma: “de nada adiantam todas as condições se a população for chamada apenas para legitimar decisões tomadas em gabinetes”.

As discussões apresentam vários desafios para as práticas pedagógicas, incluindo a gestão da educação na escola. Esteban (2008) ensina que a construção da gestão democrática na escola passa pela participação de todos, onde o coletivo escolar assume compromissos e participa nas decisões e encaminhamentos, sendo sua operacionalização uma meta a ser seguida no cotidiano do trabalho pedagógico possibilitando uma efetividade garantida pela responsabilização dos segmentos.

A gestão da educação visualiza o sistema educacional brasileiro e, a partir dessa visão, pode indicar a convergência entre o que se planeja no plano das políticas mais amplas e o que se realiza nos estados, municípios e nas escolas.

O cotidiano do trabalho de gestão nas escolas vem se pautando pela construção do PP, Projeto Pedagógico, também denominado de PPP - Projeto Político Pedagógico, designação que está sendo menos utilizada por entender que todo Projeto Pedagógico é político desde sua concepção, execução e avaliação.

O PP vem atingindo sua função de ser um elemento articulador das ações pedagógicas e contribuindo para gestão democrática, pois agrega todos os segmentos da escola no sentido de planejar, discutir, executar e avaliar metas, conforme nos assegura Esteban (2008).

A autora Kuenzer (2009 p.66) orienta:

Do mesmo modo, os organismos internacionais pressionam o terceiro mundo para melhorar seus indicadores educacionais como condição para apoio financeiro e político. Esta resposta a contradição, agora sobre novas bases, que pode permitir desde que a escola assim o determine, a elaboração de um projeto político-pedagógico que contemple os interesses da maioria da população através de novas formas de seleção, organização e tratamento metodológico dos conteúdos, de maneira a oportunizar relações verdadeiramente significativas entre aluno e o conhecimento, como condição para a

sua participação efetiva no trabalho e na sociedade...(KUENZER, 2009, p.66).

Sendo assim, o caráter político do currículo aparece, demonstrando que o mesmo não é concebido como uma grade de disciplinas, mas como resultado de processos intencionais no qual toda articulação de esforços é para a formação do indivíduo omnilateral.

A formação omnilateral é caracterizada por Ramos (2008, p. 2-3) “como concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo. [...] possibilita a formação omnilateral dos sujeitos, pois implica a integração das dimensões fundamentais da vida que estruturaram a prática social”.

Voltando o olhar para a LDBEN/96, a oferta de educação escolar regular deve acontecer com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidade, garantindo-se aos estudantes condições de acesso e permanência na escola. Para que a permanência seja possibilitada, exige-se a qualidade na educação oferecida e que se fundamente a proposta no contexto social do indivíduo e no mundo do trabalho.

Sabe-se que não é a focalização de projetos voltados para um público ou categoria específica, como parte de políticas compensatórias, que irá resolver os problemas da educação brasileira. Faz-se, pois, necessário um conjunto de políticas executáveis, como o próprio PDE, que organizem e articulem ações nas quais a educação deve ter função estratégica neste processo de desenvolvimento.

O gerenciamento do processo educativo objetiva fornecer informações sobre o andamento da aprendizagem, dos sucessos e possíveis desvios ocorridos para que as práticas pedagógicas consigam propiciar aos seus estudantes uma identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica e profissional, favorecendo o sucesso acadêmico.

Numa visão contemporânea, os estudiosos da educação, como PAIVA (2005), apontam caminhos como reduzir o tempo do indivíduo na escola e integrar a formação profissional à básica, aproximando o máximo o currículo das experiências do mundo produtivo e as já vividas pelos alunos, de maneira

que a frequência às aulas aconteça de forma significativa e contextualizada, considerando as características dos jovens e dos adultos objetivando a elevação do nível de escolaridade.

O processo de aprendizagem passa pela compreensão de que é necessária uma gestão democrática da educação que privilegie a igualdade de oportunidades de ensino e aprendizagem numa lógica onde o indivíduo tenha garantia de uma formação emancipatória e de conhecimentos significativos, que o estimulem ao exercício da cidadania participando plenamente das decisões em sociedade.

### 2.3 CONSTRUÇÃO TEÓRICA DA GESTÃO DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Nem tudo pode ser medido ou mensurado na gestão do processo de aprendizagem, mas pode ser observado, constatado e aprimorado, dependendo do que se quer alcançar como objetivo. No caso dessa pesquisa, a finalidade é melhorar a gestão do processo de aprendizagem, considerando os mecanismos de participação e transparência no âmbito pedagógico.

Na gestão do processo de aprendizagem é preciso que se estructurem ações na perspectiva emancipatória do indivíduo, para superar a fragmentação dos conteúdos imposta pela disposição curricular em disciplinas, como premissa na rotina do trabalho pedagógico e, nessa tentativa, fundamentar a prática numa concepção interdisciplinar já é um avanço para que a construção do conhecimento aconteça de forma dialética.

Para Moran (2009),

Aprendemos melhor quando vivenciamos, experimentamos, sentimos. Aprendemos quando relacionamos, estabelecemos vínculos, laços, entre o que estava solto, caótico, disperso, integrando-o em um novo contexto, dando-lhe significado, encontrando um novo sentido. Aprendemos quando descobrimos novas dimensões de significação que antes se nos escapavam, quando vamos ampliando o círculo de compreensão do que nos rodeia, quando, como numa cebola, vamos descascando novas camadas que antes permaneciam ocultas à nossa percepção, o que nos faz perceber de uma outra forma. Aprendemos mais quando estabelecemos pontes entre a reflexão e a ação, entre experiência e a conceituação, entre a teoria e a prática; quando ambas se alimentam mutuamente (MORAN, 2009, p.22-24).

Para o autor citado, aprender é se relacionar, uma interação constante que inclui vínculos, encadeamentos, generalização e construção de conceitos. Aprendizagem é a descoberta de novas possibilidades, certezas e dúvidas, que estão na experiência do ser humano. Só por existir já estamos aptos a aprender.

Perrenoud (2000) ensina que considerar as diferenças é, então, colocar cada aluno diante de situações ótimas de aprendizagem.

No ambiente escolar, estamos disponíveis para aprender as experiências de vida e o saber científico, o conhecimento que já foi experimentado, provado e comprovado cientificamente e o que já está universalizado. Nesse caso, já que o indivíduo tem que aprender e se aproximar do conhecimento científico no ambiente escolar, é necessário que estabeleçam condições mínimas de estímulos para que o indivíduo consiga aprender.

Quem tem possibilidade para criar essas condições são os que compõem o coletivo escolar, como gestores, equipe pedagógica, docentes, estudantes e seus pais ou responsáveis.

A possibilidade da integração da Educação Profissional com a Educação Básica trouxe diversos e inusitados desafios políticos e pedagógicos, como a construção de um currículo integrado e contextualizado, considerando as especificidades dos estudantes, tão diversos.

Ramos (2005, p.114) ensina que a integração curricular precisa ser entendida a partir de três sentidos “o primeiro refere-se a formação omnilateral do homem. O segundo sentido compreende a indissociabilidade entre Educação Profissional e Educação Básica. E o terceiro sentido é a integração dos conhecimentos gerais e específicos como totalidade”.

Algumas lições sobre como realizar essa aproximação do currículo com as experiências dos estudantes são verificadas com Kuenzer (2009):

Com esta intenção, tendo em vista superar a lógica do fragmento sem cair na ilusão de um sistema científico que articule os conhecimentos, tomou-se como ponto de partida para organização do currículo as diferentes práticas definidas pelas demandas sociais e produtivas, compreendendo a autonomia como capacidade de enfrentar os desafios do trabalho e da vida social, articulando conhecimentos científicos, tecnológicos, sócio-históricos e tácitos para construir

respostas adequadas do ponto de vista intelectual, afetivo e ético (KUENZER, 2009, p.13).

Esteban (2010) apresenta a seguinte observação “a instituição de ensino ocupa-se da educação integrada com vistas ao desenvolvimento das potencialidades do cidadão e o que ele pode interferir no mundo”.

A aprendizagem no processamento da informação se completa quando a pessoa consegue selecionar e buscar uma informação já adquirida e armazenada e generalizá-la, aplicá-la em outras situações da vida.

Oliveira, Boruchovitch e Santos (2008) apontam que o cerne da aprendizagem está na capacidade de a pessoa representar mentalmente aspectos do mundo para poder operar sobre eles.

A aprendizagem é, pois, um processo contínuo que envolve aspectos como ambiente, emoções, valores e constante aprimoramento, segundo Pozo (1996).

Observando os processos de aprendizagem, é evidente que se trata de um processo de experiências externas e internas, no qual o sujeito se apropria internamente para assumir ou não outras experiências externas. A seguir, Dewey (1971, p. 31) discorre sobre experiência. A experiência não se processa apenas dentro da pessoa. Passa-se aí, por certo, pois influi na formação de atitudes, de desejos e propósitos. Mas esta não é toda a história. Toda genuína experiência tem um lado ativo, que muda de algum modo as condições objetivas em que as experiências se passam.

Isso pode significar que aprender é mobilização, é experiência para quem ensina e para quem aprende e que consegue modificar o que é experimentado. Aprendendo um pouco mais com Dewey (1971, p. 63): “Não há crescimento intelectual sem reconstrução, sem que, de algum modo, a forma em que se manifestam de início estes desejos e impulsos seja revista e refeita [...] pensar é assim, livrar-se da ação imediata, enquanto a reflexão, pela observação e pela memória efetua o domínio interno do impulso”.

Para acontecer a aprendizagem, é necessário desestruturação, mobilização do indivíduo que se desestabiliza para acomodar novas



experiências e esse movimento é interno do sujeito lidando com o meio externo.

Dewey (1971, p.8) expõe que “quando se rejeita o controle externo, o problema é como achar os fatores de controle inerentes ao processo de experiência. Quando se refuga a autoridade externa, não se segue que toda autoridade deva ser rejeitada, mas antes que se deve buscar fonte mais efetiva de autoridade”. Inferindo sobre o que o autor afirma, mesmo no processo de aprendizagem há a necessidade do controle no processo de experiência, ainda que seja um controle interno do sujeito e que o externo seja buscado como uma fonte de referência.

Notadamente, quando se aprende se modificam comportamentos e atitudes a partir da interação do indivíduo com o meio que o rodeia. Segundo McConnel (apud PILETTI, 1991, p. 32), “aprendizagem é a progressiva mudança do comportamento que está ligada, de um lado, a sucessivas apresentações de uma situação e, de outro, a repetidos esforços dos indivíduos para enfrentá-la de uma maneira eficiente”.

Adotar mecanismos de *accountability* pode significar avanço para uma gestão democrática e para o funcionamento de uma escola eficaz, podendo atingir o amadurecimento do processo de aprendizagem na Educação Profissional.

Aprendendo um pouco com Brooke (2009), “*Accountability* busca preparar os sistemas de uma Unidade de Ensino, em qualquer nível, nos aspectos da justificação, prestação de contas e responsabilização da gestão para um funcionamento eficaz”. O mesmo autor define como Escola Eficaz “[...] aquela que ensina bem os conteúdos curriculares e se preocupa com o aluno de maneira global, com a formação de valores, ética e cidadania e a criação de oportunidades”.

A gestão da aprendizagem, com o foco no êxito escolar, pretende observar como o processo de aprendizagem contempla prestação de contas, justificação e a responsabilização como aspectos importantes para retroalimentação do processo educativo e se determinados valores estão sendo buscados para o equilíbrio do processo educativo de forma que o

currículo integrado possa transparecer objetividade, democracia, participação, diálogo, comunicação, transparência, equidade e justiça. A conquista do princípio constitucional da gestão democrática, em 1988, em estabelecimentos oficiais dos sistemas de ensino representou e continua representando um passo admirável para a vida democrática de nossos estabelecimentos e para os próprios sistemas de ensino.

Libâneo (2008) ensina que aprendizagem pode ser um processo de assimilação ativa que resulta de uma relação cognitiva entre o sujeito e os objetos de conhecimento. Esse processo se completa com as atividades práticas, aquelas nas quais se podem verificar modalidades de problemas e exercícios que demonstram a consolidação e aplicação prática de conhecimentos e habilidades, concluindo que o processo de assimilação ativa culmina na consolidação e aplicação nas diversas situações.

No ambiente educacional, o estudante pode verificar, aplicar e consolidar seus conhecimentos e, assim, demonstrar o êxito ou não, ser avaliado para que, a partir dos mais variados instrumentos e estratégias apresentados, consiga a concretização e aplicação do seu conhecimento.

É importante que, para o processo de assimilação acontecer, o professor deverá exercer sua função, isto é, ensinar a partir dos objetivos, conteúdos, métodos e formas organizativas para propor situações didáticas, situações que o professor estrutura tendo em conta suas experiências de vida, sua formação científica e profissional e as características dos alunos.

Para que os alunos comecem o processo de assimilação, eles devem dizer o que sabem e o que gostariam de saber sobre a situação apresentada e o professor tentar acompanhar esse momento, explicando, apresentando conceitos, fazendo perguntas, corrigindo e permitindo que os alunos apresentem suas lógicas.

No processo de aprendizagem, a avaliação deve ser a manifestação de quanto o aluno se aproximou das soluções das situações e qualquer que seja a modalidade escolhida deve possibilitar que o aluno possa se expressar, elaborar e reelaborar os conceitos apresentados e aprendidos.

A avaliação deve ocorrer com critérios previamente estabelecidos e fundamentais como organização e clareza na apresentação dos resultados da aprendizagem, articulação entre as partes, sequência lógica, rigor na argumentação, criatividade e correção.

A partir de todos os conceitos apresentados, tem-se que o processo de aprendizagem é complexo, que a instituição de ensino tem diversos atores envolvidos nesse processo, que precisa de uma gestão democrática e no caso do IFBA, Campus de Salvador, conta com um setor pedagógico que media o processo de aprendizagem. Portanto, estudar *accountability* possibilitará acréscimo à gestão e à mediação do processo.

#### 2.4 O DIALÓGO ENTRE *ACCOUNTABILITY* E A GESTÃO DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

*Accountability* é apresentada nesse estudo enquanto possibilidade de articulação entre a gestão do processo de aprendizagem e os mecanismos de *accountability*, como prestação de contas e responsabilização.

Os mecanismos de *accountability* precisam ser impulsionados por valores de participação, empoderamento, transparência, argumentação e comunicação intersubjetiva e crítica de forma a possibilitar a gestão do processo de aprendizagem mais democrática e justa.

Em decorrência de pesquisar a gestão do processo de aprendizagem e verificar como os mecanismos de *accountability* aparecem no referido processo, visualizamos quais as possibilidades de aproximação entre o que propõe as dimensões de *accountability* e quais as ações implementadas para um melhor posicionamento da gestão do processo de aprendizagem.

É possível o diálogo entre *accountability* e a gestão do processo de aprendizagem, uma vez que em educação a indicação é para uma gestão democrática o que prescrevem os mecanismos de *accountability*: prestação de contas e responsabilização.

Para Pinho e Sacramento (2009):

[...] não existe um termo único em português que defina a palavra *accountability*, havendo que trabalhar uma forma composta.

Buscando a síntese, *accountability* encerra a responsabilidade, a obrigação e a responsabilização de quem ocupa um cargo de prestar contas segundo os parâmetros da lei, estando envolvida a possibilidade de ônus, o que seria a pena para o não cumprimento dessa diretiva (PINHO: SACRAMENTO, 2009, p.1348).

A gestão do processo de aprendizagem à luz de *accountability* não se deve restringir à coleta de informação. Pressupõe a interpretação de dados, a ação orientada por essa interpretação e uma produção de prestação de contas à coletividade. Como atividade com múltiplas fases que se inter-relacionam, apresenta um elevado nível de complexidade e a desconsideração disso poderá implicar em desvio no processo de aprendizagem. Afonso (2010) instrui:

No entanto, a prestação de contas, enquanto obrigação ou dever de dar respostas (*answerability*), não é apenas uma atividade discursiva, mais ou menos benévola, que se esgota na informação e na justificação; ela contém uma dimensão impositiva, coativa ou sancionatória (*enforcement*) – integrável, neste último e segundo o nosso ponto de vista, no que poderia designar-se de pilar da responsabilização (AFONSO, 2010, p.151).

Pinho e Sacramento (2009) indicam que a democracia se consolidou e reformas no aparelho do Estado foram empreendidas com a promessa de tornar a administração pública mais eficiente e, inclusive, mais controlável, o que pode ser notado com reflexos na gestão da educação e, conseqüentemente, na aprendizagem, quando se observa que a LDB estimula a gestão democrática das unidades de ensino.

Considerando que Pinho e Sacramento (2009) entendem que “*accountability* exprime a obrigação a que ocupantes de cargos públicos estão submetidos de prestar contas de suas ações com transparência suficiente para que a sociedade possa avaliá-lo e quando cabível aplicar sanções”, o gestor no âmbito da educação deve possibilitar a comunidade escolar acesso à informação das ações e, conseqüentemente, responsabilizar-se por elas.

Schedler (1999) diz que

*accountability* carrega duas conotações básicas: *answerability* a responsabilização, a obrigação de funcionários públicos para informar sobre e explicar o que estão fazendo; *enforcement* a aplicação, a capacidade das agências de contabilidade para impor sanções aos os tomadores de decisão que tenham violado os seus deveres públicos (SCHEDLER, 1999.).

Esse pensamento só reforça que o funcionário público tem o dever de informação e explicação dos atos no exercício da função e de responsabilização desses atos.

No caso da Educação, é importante registrar que promover avaliações contínuas e publicizar os resultados para a comunidade aumenta a chance de acompanhar o processo de aprendizagem e mobilizar essa comunidade em favor da melhoria da educação.

Luck (2012) vem dizer que:

É importante destacar que prestar contas à comunidade escolar e à sociedade, sem o sentido de cumprimento de responsabilidade social, pode representar apenas a indicação limitada e formal de que foi feito, processo esse que poderia expressar uma atitude de querer evidenciar o que está bem, sem focalizar os pontos críticos, deixando, dessa forma, de avaliar para contribuir para transformação da escola e melhoria do ensino que promove (LUCK, 2012, p.63).

A autora vem dizer da responsabilidade social na prestação de contas, que necessita de uma atitude isenta, ética e que possa, em sua avaliação, contribuir para o crescimento da escola.

Prestação de contas com ênfase nos pontos positivos, ou seja, com a tendência a uma polaridade conveniente ao prestador de contas, não irá criar uma aproximação de corresponsabilidade pelo fazer da educação, nem mobilização social em favor da melhoria contínua da escola. Pode, sim, gerar um conformismo ou defesa para os equívocos, sem possibilidade de melhorar ou modificar o processo de aprendizagem.

Deve-se entender *accountability* como mais que geração de dados e interação de argumentos, ou seja, mais do que gerar informação ou justificção, ela também é a responsabilização e a possibilidade de punir a negligência ou imperícia na gestão pública, o que para a sociedade que ainda se depara com a sensação constante de impunidade pode representar um bem-estar, pois é mais um mecanismo para dar contas da gestão pública, além da Lei de informação e transparência pública.

Com esse movimento de pressupor a transparência, honestidade, publicização no trato administrativo e abertura de novos espaços de decisões,

já se pode vislumbrar a aproximação do processo de aprendizagem com *accountability*, que é nosso foco de investigação.

Em palestra no Congresso Internacional de Educação, em São Paulo, 2011, Almerindo Janela Afonso tratou o termo *accountability* como um conceito que implica democracia e responsabilidades como outras práticas e outras concepções políticas, sociais, educacionais e éticas. Apresentou também dimensões de um modelo de *accountability*, no qual puderam ser traduzidos as fases e encaminhamentos para a busca da gestão de uma qualidade na educação. No quadro a seguir, podem ser observadas as dimensões consideradas pelo autor.

**Quadro 2**-Dimensões de um modelo de *Accountability*

<b>ACCOUNTABILITY</b>	<b>Avaliação ex-ante</b>	
	<b>Prestação de contas (<i>answerability</i>)</b>	Fornecer informações
		Produzir argumentações
		Dar justificações
		Elaborar e publicizar relatórios de avaliação
	<b>Avaliação ex-post</b>	
	<b>Responsabilização (<i>enforcement</i>)</b>	Imputação de responsabilidades e/ou imposição de sanções negativas;
		Atribuição de recompensa materiais ou simbólicas;
		Persuasão ou advocacia moral
		Avocação de normas de códigos deontológicos;
Outras formas legítimas de responsabilização.		

Fonte: AFONSO, Olhares e Interfaces: reflexões críticas sobre avaliação, 2010, p. 151.

O quadro acima, apresentado por Afonso (2010), vem dizer que *accountability* está pautado em alguns mecanismos que impõem conduta de responsabilização frente à prestação de contas. Vem dizer que a prestação de contas consubstancia-se nas dimensões de informação e a argumentação e a

responsabilização não se resume a consequência relativa à imposição de sanções negativas, mas sintetiza outras dimensões como o reconhecimento informal do mérito ou outras formas legítimas de (indução de) responsabilização.

Ao se considerarem as fases de *accountability* para realizar uma transposição para o processo de aprendizagem, pode ser que os resultados demonstrem caminhos para correções e ajustes como possibilidade para o sucesso e a transparência educacional.

Alguns argumentos são mencionados para justificar o estudo de *accountability*, como o de que é um alicerce para a democracia e para um bom governo ou gestão não necessariamente democráticos, mas que busquem transparência, credibilidade e justiça social.

Outro argumento sobre *accountability* é que contribui para um desempenho eficaz, reduz os riscos de corrupção e má alocação do dinheiro e da máquina pública. Disponibiliza informações para o povo que pode monitorar e exigir responsabilização estimulando a transparência.

Outro argumento é a ideia de que *accountability* é um meio para se alcançar o bem-estar social, quando o cidadão sente que pode decidir sobre os candidatos que irão representá-los, pois *accountability* fornece para o indivíduo informações a respeito da prestação de contas e responsabilização dos governos, o que leva cada um a pensar e avaliar sobre que político indicar para estar no governo representando a vontade coletiva.

A esse respeito, AFONSO (2009) adverte que sem a garantia de processos credíveis, válidos e fidedignos de avaliação, os quais permitam emitir juízo de valor sobre práticas, instituições, contextos e políticas, ficam prejudicadas as formas de prestação de contas e de responsabilização, ou seja, uma parte fundamental dos processos de *accountability*".

Campos (1990) informa que à medida que os diferentes interesses se organizam, aumenta a possibilidade dos cidadãos exercerem o controle e cobrarem do governo aquilo de que têm direito.

Campos (1990), Pinho e Sacramento (2009) apontam, entretanto, que ainda existem barreiras muito fortes na realidade brasileira, pois só o

dispositivo legal não garante *accountability*. Não se pode pensar que onde encontramos *accountability* o mundo é bom ou atingiu-se a perfeição e onde não se aplica *accountability* o mundo é ruim.

Não é uma questão reta, engessada. Introduzir mecanismos de *accountability* é uma questão de aprimorar sistemas, questão instrumental de controle e acompanhamento e possibilidade de equilíbrio no uso do poder.

Consoante Pinho e Sacramento (2009) convém destacar que a sociedade civil é um dos elementos-chave para que o processo de *accountability* se materialize, inclusive porque é a própria sociedade que operacionaliza um de seus mecanismos, que tanto pode punir como recompensar os agentes que aspiram ao exercício de cargos políticos, as eleições.

Os mecanismos de *accountability* são reconhecidos como válidos e úteis principalmente se utilizados sistematicamente, pois podem garantir o padrão de comportamento e desempenho nos órgãos públicos.

O'Donnell (1998), por sua vez, apresenta dois conceitos de *accountability* amplamente aceitos em relação aos tipos: *accountability* vertical e *accountability* horizontal.

A *accountability* vertical, segundo o autor, relaciona o povo e os representantes eleitos e é realizada por meio de reivindicações sociais, mídia independente para cobrir as reivindicações sociais e os atos supostamente ilícitos das autoridades, e, principalmente, por meio das eleições. O voto é o mecanismo que o cidadão usa para, teoricamente, premiar ou punir o representante que cumpriu ou descumpriu seus compromissos assumidos durante a campanha eleitoral.

A *accountability* horizontal, por sua vez, refere-se às relações entre a própria Administração Pública. São os mecanismos de controle institucionalizados, realizados por meio de agências que tenham independência, capacidade técnica e poder para fazer supervisões de rotina, aplicar sanções legais àqueles que praticarem atos ilícitos na gestão pública ou até mesmo *impeachment* contra ações de outros agentes ou agências do Estado, quando estas puderem ser qualificadas como delituosas. Ainda para



O'DONNELL (1998), a *accountability* horizontal é extremamente relevante, tanto que a corrupção seria “em parte expressão e em parte consequência da debilidade da *accountability* horizontal”.

Ao estudar esses dois tipos de *accountability* apresentados por O'DONNELL (1998), parece que a combinação dos dois tipos pode contribuir para uma regulação da gestão do Estado, dando-nos uma perspectiva de credibilidade na gestão pública e participação no acompanhamento dos processos gerenciais públicos.

Para construir uma gestão da educação que contemple *accountability*, considerar as normas emitidas pelos órgãos superiores dos sistemas de ensino e por normas internas à escola, a exemplo do regimento, a opinião dos interessados e conhecer a realidade local pode ser fator determinante para que se incorporem ações concretas à práxis pedagógica.

Vasconcellos (1992, p.6) ensina que “Conhecer a realidade dos alunos implica em fazer um mapeamento, um levantamento das representações do conhecimento dos alunos sobre o tema de estudo. A mobilização é o momento de solicitar a visão/concepção que os alunos têm a respeito do objeto senso comum, síncrese”.

Focalizando os jovens das camadas populares, Frigotto (2005) elabora a preocupação de levantar a discussão a respeito da vulnerabilidade desses indivíduos no que se refere à escolarização e à entrada precoce no mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, o autor faz referência aos numerosos jovens que, no campo, trabalham com a família e àqueles que pertencem ao grupo de trabalhadores sem terra. Todos esses jovens vivenciam situações que os expõem a vulnerabilidades na relação tanto com a escola como com o trabalho, justificando a preocupação existente no âmbito das políticas públicas.

O **educador** (docentes e técnicos envolvidos no processo de aprendizagem) tem que ter clareza do seu papel social e político e deve saber que a escolarização básica obrigatória tem um significado educativo, político e social, implicando o direito de todos, em condições iguais de oportunidades, ao acesso aos bens culturais, ao desenvolvimento das capacidades individuais e

sociais, à formação da cidadania, à conquista da dignidade humana e da liberdade intelectual e política.

A perspectiva de encaixe do educador em um papel crítico-coletivo-reflexivo apresenta reflexo de comportamento próximo ao que sugere os mecanismos de *accountability* e é um comportamento três em um. Crítico porque sua marca, enquanto pessoa, e história de vida vão estar registradas nas suas atitudes e conceitos e isso não pode ser desprezado. Coletiva, pois as decisões vão sendo construídas, apesar das dificuldades, no grupo, no coletivo, visando à validade e compromisso do grupo. E, finalmente, reflexiva porque os prós e os contras devem ser ponderados, mensurados, através de dados estatísticos, resultados anteriores.

O ato de estudar do educador não é estático, não para na construção de atos pedagógicos. É necessária pesquisa constante a fim de trazer sempre mais inquietações. A investigação científica é que dará suporte a argumentação do discurso do educador. Se o discurso é fraco, no sentido de consistência de informações e comprovações, com certeza esse profissional terá dificuldades na construção e na tomada de decisões coletivas e, conseqüentemente, o ato pedagógico ficará comprometido.

O **docente** que atua na educação profissional é um profissional graduado, que realizou ou concurso público ou processo seletivo para assumir o cargo de docente. Será, contudo, que ele está preparado para, além de ministrar o conteúdo de sua disciplina, participar de uma rotina de informação, justificação e prestação de contas? Ou ele é o dono do seu fazer e de sua sala de aula? Será que ele não precisa prestar contas a alguém?

O docente precisa ter consciência do projeto em que está envolvido (projeto educacional). Necessita definir com seus pares as metas que deseja atingir, estabelecer um contrato com os colegas, com seus alunos e com a comunidade. Deve, de acordo com os resultados obtidos (prestação de contas), ser reconhecido e recompensado para ser estimulado a buscar novas metas ou submetido a sanções previstas no regimento para novas proposições e replanejamento do trabalho.

Embora o docente possa parecer individualmente impotente frente ao ambiente do qual é parte ativa, ao se aliar a outros seres humanos (professores, coordenadores, equipe pedagógica) – com os quais partilha formas de pensar, de agir, de aglutinar esperanças e utopias – é capaz de elevar a mais alta potência seu poder transformador. Pode-se concluir que talvez fosse importante o professor ir além da sua individualidade, esforçando-se física e mentalmente para adquirir a máxima consciência do ambiente do qual é parte nada neutra ou passiva. Para isso, são necessários os pedagogos e os professores trabalhando em busca de uma boa integração.

Com quem o docente e os estudantes se envolvem no cotidiano pedagógico? Outros professores, coordenadores, estudantes, diretor, funcionários e comunidade, enfim seres humanos com histórias de vidas diferentes. Essa dinâmica só demonstra o quanto as relações podem ficar fragilizadas se não forem dimensionadas e entendidas pelo docente e estudantes no processo.

Os pedagogos são os técnicos preparados para realizar a mediação do processo de aprendizagem, oferecendo subsídios para uma prática pedagógica coerente com a formação do indivíduo atuante e crítico numa sociedade em constante transformação. Papel de relevância e de muita complexidade, que vai exigir características específicas para o desempenho dessa função, cuja finalidade principal se destina a acompanhar o desenvolvimento do ensino promovido pelos professores e da aprendizagem dos alunos, a partir da avaliação, do currículo e do planejamento pedagógico.

Capacidade de dialogar, questionar com firmeza, atuar no enfrentamento de situações-problema, buscando a neutralidade e solução, capacidade de escuta atenta, capacidade de estudo e atualização, capacidade de aplicação de medidas de ajuste e controle conforme instrumentos normativos são algumas das competências que estão na rotina da práxis do profissional de pedagogia.

Quanto aos coordenadores de área ou de curso, o perfil desses profissionais é: graduação nas áreas de conhecimento dos cursos a que estão ligados (engenharias, química, matemática e outros), capacidade de orientação e coordenação das atividades do curso no que se refere à aplicação das

metodologias didático-pedagógicas e compatibilização dos conteúdos formativos oferecidos pelos diferentes Departamentos Acadêmicos.

Certo é que o PDE (2007) contempla que todo o processo deve estar voltado para a autonomia do indivíduo. “O objetivo da educação pública é, portanto, promover autonomia. A regra vale tanto para instituições de ensino como para indivíduos”.

Para a verificação das aproximações entre *accountability* e o processo de aprendizagem estão selecionados, no **quadro 3**, alguns *stakeholders* que auxiliaram na construção do entendimento.

**Quadro 3** – *Stakeholders* selecionados e atividades desenvolvidas

Itens	Stakeholders	Atividades desenvolvidas
01	Estudantes	Alunos da 1ª série do ensino médio integrado que participam das aulas e atividades letivas no processo de aprendizagem
02	Docentes	Ministram as aulas e atuam diretamente no processo de ensino-aprendizagem
03	Pedagogos	Acompanhamento do processo pedagógico (individual e em grupo) para realizar intervenções e fornecer subsídios aos estudantes e docentes.
04	Coordenadores de área e de curso	Articulam informações sobre o curso ou área, realizando mediação entre docentes e equipe técnico-pedagógica

Fonte – Elaboração própria

Pensando no **estudante** que deve ser o centro do processo de aprendizagem, quem é esse indivíduo que precisa aprender? No caso do Campus de Salvador, são pessoas que concluíram o ensino fundamental, vindas da rede particular ou pública de ensino, adolescentes, entre 13 e 18 anos, os quais fizeram testes de conhecimentos e foram selecionados, que procuram a educação integrada com vistas a uma boa formação profissional ou um bom ensino médio para dar prosseguimento aos estudos.

Afonso (2010, p. 152) coloca que a avaliação deve ser um dos pilares de *accountability* e, sendo assim, “avaliação pode ser utilizada, entre muitos objetivos e funções, como condição para o desenvolvimento do processo de prestação de contas e responsabilização”. No entanto, os modelos de

avaliação devem ser congruentes com a política, ações desempenhadas, enquadramento cultural, ético e jurídico.

No caso das políticas avaliativas educacionais quando são submetidas a juízo público, a partir dos mecanismos de *accountability* de prestação de contas podem provocar, ao invés de qualificar o sistema educacional, tensões e reações que não se transformam em ações de intervenção que promovam a qualificação das potencialidades dos sistemas de ensino.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

O acompanhamento do processo de aprendizagem visando à formação de um sujeito com autonomia intelectual, ética, política capaz de responder ao desafio histórico de políticas educacionais objetivando consolidar as bases para um empoderamento de saberes e desenvolver projetos societários de desenvolvimento sustentável e inclusivo requer investigação através de um método científico. A pesquisadora realizou a investigação e, ao mesmo tempo, fez intervenções, quando possível, com aquiescência da equipe de trabalho, viabilizando o estudo de dados descritivos e contato direto da pesquisadora com o objeto de estudo.

Para a concretização dos objetivos propostos neste estudo, procedeu-se a uma pesquisa qualitativa por fornecer melhor adequação ao fenômeno observado.

A abordagem metodológica utilizada é a Pesquisa Ação, termo que identifica qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela.

Ela objetiva, simultaneamente, pesquisa e intervenção, que foi realizada e proposta pela pesquisadora. A construção de conhecimento e desenvolvimento de uma intervenção planejada em uma dada realidade, que é o processo de aprendizagem no âmbito pedagógico do Campus de Salvador, e a participação foram prioridades durante todo o processo de pesquisa.

Foi adequada a abordagem de pesquisa-ação pois o propósito é para um período curto, prazo de dois anos, para observação da gestão do processo de aprendizagem pensado entre o ano letivo de 2012 e 2013 e que consistiu na observação e tratamento de base experimental dos fatos e intervenção com planejamento, tomada de decisões e ações durante a pesquisa.

Vergara (2005, p. 206) orienta que em pesquisa ação o problema não é definido *a priori*. Deve ser formulado com base nos dados coletados para diagnóstico e discussão do tema com os sujeitos envolvidos. Coloca, ainda, que deve se buscar, sempre que possível, a disseminação entre os

participantes, não só para que o processo seja, de fato, participativo, como também para permitir a condução de trabalhos futuros.

As fases a seguir são condições para o resultado satisfatório do método segundo, Thiollent (2009, p. 45) :

- **Exploratória** – diagnóstico para detectar os problemas, os atores, as capacidades de ação, os tipos de ações possíveis, comprometimento da organização, capacitação teórica dos participantes;
- **Aprofundamento** - Coleta de informações por meio de diversos tipos de instrumento e discutidos pelos envolvidos – participantes ;
- **Ação** (execução da mudança) – planejamento e execução das ações, levantadas a partir das discussões com os participantes envolvidos na ação;
- **Avaliação** - observação, *feedback*, redirecionamento das ações e resgate do conhecimento produzido no decorrer do processo. Nessa fase, Thiollent (2009) apresenta alguns aspectos que podem ser objetos de avaliação, como: pontos estratégicos, capacidade de mobilização, capacidade de resposta, continuidade do processo, participação, qualidade do trabalho em equipe, efetividades das atividades de formação, conhecimento e informação, comunicação, atividades de apoio e conclusão.

A perspectiva é realizar um paralelo entre o que Vergara e Thiollent recomendam para a pesquisa-ação na realização do projeto de pesquisa.

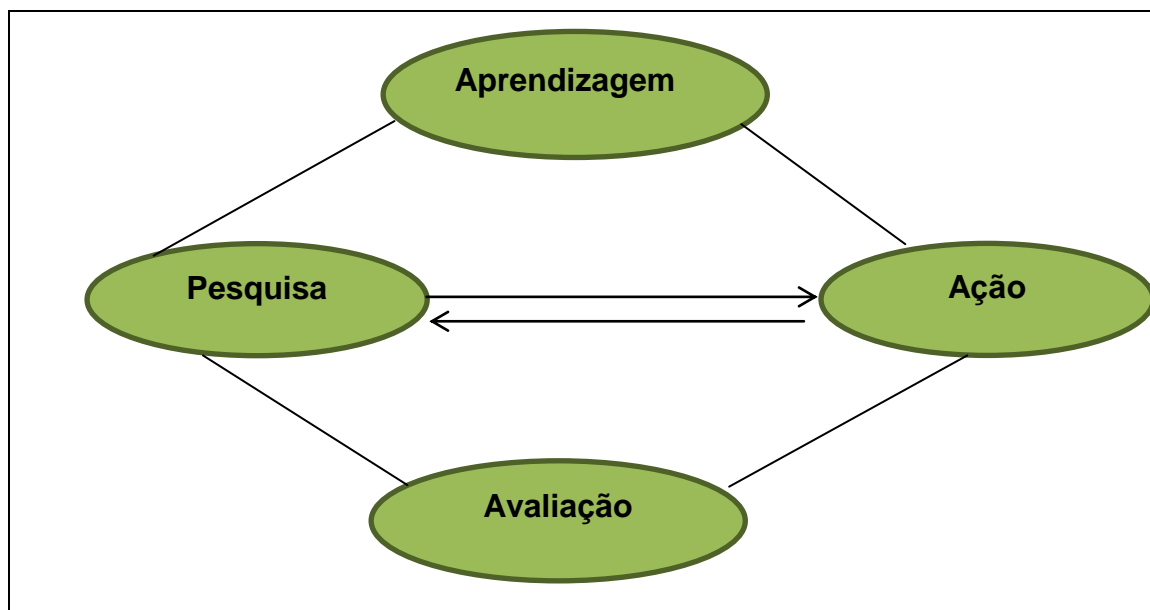
A pesquisa-ação, por apresentar quatro fases para serem desenvolvidas durante a pesquisa, renova e afirma a importância do processo e não de cada fase isoladamente. Macke (2008) nos ensina que "isso mostra que existe uma simultaneidade entre as fases. Além disso, a geração de conhecimento ocorre em todas elas, não se limitando, portanto, à fase de avaliação. Este caráter dinâmico da pesquisa-ação, além de possibilitar a construção processual de conhecimento, permite estudar o processo de mudança planejada, isto é, como passar de uma situação existente para uma situação desejada".

Dessa forma, pode-se entender a pesquisa-ação como um processo de aprendizagem, pois em cada fase terá uma estrutura de planejamento a ser observada e cumprida, com transformações reais em vários aspectos.

Conforme Thiollent (2009):

No decorrer da pesquisa-ação, ocorre um efeito de aprendizagem, às vezes concebido como conscientização. Os participantes e pesquisadores aprendem conjuntamente a identificar e resolver problemas dentro da situação em questão. A aprendizagem é difusa ao longo do processo e não é considerada como uma fase propriamente dita (THIOLLENT, 2009, p.46).

**Figura 1:** Relações entre pesquisa, ação, aprendizagem e avaliação.



Fonte :Thiollent (2009, p. 46)

Essa disposição que a figura propõe traduz um processo didático de investigação que possibilita um trânsito entre pesquisa e ação, oportunizando, durante esse trânsito, a dinâmica de aprendizagem.

### 3.2. UNIDADE DE ANÁLISE

Para a realização do estudo foi definido como unidade para análise o Setor Pedagógico, denominado de DEPAE, Diretoria Adjunta Pedagógica e de Atenção ao Estudante do Campus de Salvador do IFBA, com o corte temporal dos anos letivos de 2012 e 2013. Os indicadores acadêmicos e as atividades pedagógicas realizadas na primeira série do ensino integrado pelos profissionais de Pedagogia e equipe técnico-pedagógica que acompanham a série em estudo integram a pesquisa.



### 3.3 MODELO DE ANÁLISE

O Modelo de análise está baseado em Afonso (2011), fazendo uma aproximação com as ações realizadas no DEPAE para o processo de aprendizagem:

**Quadro 4- Accountability: dimensões chave**

<b>ACCOUNTABILITY</b>	<b>Avaliação ex-ante</b>	
	<b>Prestação de contas (answerability)</b>	Fornecer informações
		Produzir argumentações
		Dar justificações
		Elaborar e publicizar relatórios de avaliação
	<b>Avaliação ex-post</b>	
	<b>Responsabilização (enforcement)</b>	Imputação de responsabilidades e/ou imposição de sanções negativas;
		Atribuição de recompensa materiais ou simbólicas;
		Persuasão ou advocacia moral
		Avocação de normas de códigos deontológicos;
Outras formas legítimas de responsabilização.		

Fonte: Afonso (2011)

### 3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

No caso dessa pesquisa, que tem caráter qualitativo, a opção foi por pesquisa documental e bibliográfica e a observação estruturante e participante.

#### 3.4.1 Pesquisa documental e bibliográfica

Foi realizada pesquisa documental e bibliográfica, para conhecimento dos registros e normas que regem o setor, através do *site* do IFBA, no

endereço [www.ifba.edu.br](http://www.ifba.edu.br) e dos documentos utilizados no âmbito pedagógico, a saber: Projeto Político Institucional, Regimento do IFBA, Regimento do Campus de Salvador, Organização Didática, Calendário Acadêmico, Regime Disciplinar Discente e Mapas de Aproveitamento.

A pesquisa bibliográfica é como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas, segundo Lima e Miotto (2007).

É importante identificar os passos da pesquisa e o itinerário a seguir, o levantamento do material, a forma de registro e de exposição ordenada dos fatos.

Segundo Lima e Miotto (2007), a investigação das soluções também pode envolver a construção de um instrumento que permita pinçar, das obras escolhidas, os temas, os conceitos, as considerações relevantes para a compreensão do objeto de estudo.

### **3.4.2 Observação estruturada**

A observação estruturada é também conhecida como sistemática ou planejada. Tem em vista objetivos e propósitos bem definidos, requerendo, assim, como nos lembram Barros e Leffeld (1986) e Sellitz, Wrightsman e Cook (1987), planejamento prévio e cuidadoso, específico, para o registro do que atende aos propósitos do pesquisador. Logo, é necessário que se respondam perguntas prévias, as quais serão úteis ao direcionamento das observações.

- **O que observar?**

A gestão do processo de aprendizagem à luz dos mecanismos de *accountability*.

- **Quem observar?**

Os profissionais de Pedagogia no âmbito da gestão do processo de aprendizagem.

- **Por que observar?**

Para verificação das ações promovidas pelos profissionais de Pedagogia, porque são eles que mediam, planejam, realizam e subsidiam algumas atividades do processo de aprendizagem.

- **Para que observar?**

Para verificar as atividades desenvolvidas por estes profissionais no contexto da gestão do trabalho pedagógico e realizar intervenções que auxiliem a melhoria da qualidade da gestão do processo de aprendizagem.

- **Como observar?**

Utilizando ficha de observação e registro das atividades, de forma discreta, procurando não esboçar reação de surpresa, tristeza, espanto ou qualquer sinal que pudesse influenciar o comportamento da equipe.

Quanto à participação do observador, será a **observação participante**, aquela em que o observador se insere total ou parcialmente no seu objeto de estudo, vivendo o cotidiano do grupo que pretende estudar, Vergara (2009, p.75). A opção se deu em virtude de a pesquisadora fazer parte da equipe de pedagogos com a qual foi realizada a pesquisa. A observação foi individual, direta, do cotidiano, no ambiente do trabalho e não em laboratório; ou melhor, o laboratório foi o espaço onde o processo se realizava.

Para verificar a atuação e a possibilidade de ampliar perspectivas de ação integrada, foi realizado um roteiro de observação para o diagnóstico das atividades desenvolvidas pelos profissionais de Pedagogia e sua interação com outros profissionais no desenvolvimento do processo de aprendizagem.

#### **Ficha de Observação**

Atuação do Setor Pedagógico

Projeto de Pesquisa: **Accountability: como está presente no processo de aprendizagem?**

Local da Observação: Instituto Federal da Bahia - Campus de Salvador – Setor Multidisciplinar

Período de observação	Aspectos observados	Registro da observação
-----------------------	---------------------	------------------------

	Procedimento de Atendimento ao estudante pelos pedagogos	
	Atuação dos pedagogos	
	Atuação da equipe de trabalho no setor	
	Atuação junto aos pais ou responsáveis	
	Outros setores	

Neste trabalho, não houve a utilização das entrevistas por opção da pesquisadora, pois a mesma atua no setor da unidade de análise, está assumindo a gestão do setor e a relação com os interessados poderia gerar algum desconforto e posições disfarçadas, equivocadas na coleta de dados. Optou-se, então, pela pesquisa bibliográfica e documental e pelos registros em documentos.

#### 4 ANÁLISE DAS FASES DA PESQUISA-AÇÃO E DOS ACHADOS DO MONITORAMENTO DA GESTÃO DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Para tornar um estudo didático, iniciaremos esta seção pela análise das fases da pesquisa-ação e, em seguida, a análise dos achados do monitoramento do processo de aprendizagem realizado no DEPAE.

##### 4.1 A FASE EXPLORATÓRIA

Situação encontrada:

A Formação Acadêmica dos servidores do Setor Multidisciplinar representado em março de 2013.

**Quadro 5** - Formação Acadêmica dos servidores do Setor Multidisciplinar 2013

Área de atuação Profissional	Especialistas	Mestres	Doutores	Total de Profissionais
Pedagogia	07	02	-	9
Assistentes Sociais	03	-	-	03
Psicologia	02	-	-	02
Nutricionista	01	-	-	01
Assistentes administrativos	03	-	-	03
Docente (Coord. Napne)	-	-	01	01
<b>Total por formação</b>	<b>16</b>	<b>02</b>	<b>01</b>	<b>19</b>
<b>Total em percentual%</b>	<b>84%</b>	<b>11%</b>	<b>5%</b>	<b>100%</b>

Fonte; Elaboração própria a partir dos registros do setor de pessoal.

Observa-se, nessa estrutura, que cada profissional cumpre suas obrigações regimentais, debruçando-se nos afazeres do cotidiano a ponto de não sobrar tempo para discussões entre os profissionais da mesma área de atuação ou das diversas áreas do setor para um diálogo interdisciplinar.

**Quadro 6 - Atividades Realizadas pelos profissionais em 2012.2**

<b>Profissionais</b>	<b>Atividades realizadas</b>
Pedagogos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejar monitoria</li> <li>• Acompanhar estudantes por curso</li> <li>• Participar de Conselhos diagnósticos e Finais, por Curso;</li> <li>• Acompanhar estagiários em pedagogia;</li> <li>• Atender pais por convocação ou espontaneamente;</li> <li>• Participar de Reuniões do setor;</li> <li>• Acompanhar o cadastramento de Salvador Card</li> <li>• Atendimento aos estudantes do 3º e 4º anos a partir de demanda dos alunos, docentes ou coordenação.</li> <li>• Orientações para realização das eleições de representantes de turma.</li> <li>• Realização de encontro com representantes de turma.</li> <li>• Desenvolvimento do Projeto de Monitoria para estudantes do 1º ano em parceria com as coordenações de área.</li> </ul>
Assistentes Sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estruturar o processo de seleção do PAAE</li> <li>• Acompanhar os estudantes assistidos pelo Programa Planejar a distribuição dos recursos em articulação com Direção Geral</li> <li>• Observar as principais demandas: socioeconômicas, educacionais, culturais, saúde, violência (física, sexual e psicológica), drogas;</li> <li>• Acompanhamento e encaminhamentos de estudantes;</li> <li>• Valorização da gestão democrática, articulação comunitária e estudantil;</li> <li>• Promoção de cursos e atividades socioeducativas</li> <li>• Articulação com a rede socioassistencial;</li> </ul>
Psicólogos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• atendimentos a estudantes e familiares, intervenções/trabalhos em grupo com as turmas e/ou outros agrupamentos, reunião de pais e responsáveis, participação em conselhos diagnósticos;</li> <li>• atendimentos terapêuticos a estudantes, familiares e servidores;</li> <li>• Produção do conhecimento científico da psicologia através da observação, descrição e análise dos processos de desenvolvimento, inteligência, aprendizagem, personalidade e outros aspectos do comportamento humano;</li> <li>• Analisa a influência de fatores hereditários, ambientais e psicossociais sobre os sujeitos na sua dinâmica intrapsíquica e nas suas relações sociais.</li> </ul>
Nutricionista	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prestar assistência nutricional;</li> <li>• Organizar, administrar e avaliar Unidade Alimentação e Nutrição;</li> <li>• Efetuar controle higiênico-sanitário;</li> <li>• Participar de Programas de Educação Nutricional;</li> <li>• Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.</li> </ul>
NAPNEE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• atendimentos aos estudantes quanto à:</li> <li>• Deficiência física: acessibilidade, transcrição de avaliações, aquisição de equipamentos (cadeira de rodas motorizada), disponibilização de cadeiras de rodas e muletas.</li> <li>• Deficiência intelectual e transtornos de aprendizagem: leitura e transcrição das avaliações, tempo extra para realização de avaliações, avaliação diferenciada (DI).</li> <li>• Articulação dos setores da instituição nas atividades inclusivas voltadas para as pessoas com necessidades educativas especiais</li> </ul>

Fonte: Elaboração da autora a partir dos registros do Setor Multidisciplinar

Para verificar a atuação e a possibilidade de ampliar perspectivas de ação integrada, foi realizado um roteiro de observação para o diagnóstico das

atividades desenvolvidas pelos profissionais de Pedagogia e sua interação com outros profissionais no desenvolvimento processo de aprendizagem.

Os atores envolvidos no processo são os profissionais lotados no Setor Pedagógico, a saber: pedagogos, assistentes sociais, psicólogos e nutricionista.

Esses são os profissionais que podem realizar mudanças na forma de atuação pedagógica, no processo de aprendizagem do Campus, pois cada um sabe que é um profissional preparado para atuar nas questões pedagógicas, sociais, psicológicas, nutricionais e acredita e verbaliza, a todo momento, que sem uma articulação interdisciplinar do setor, torna-se impossível uma prática que privilegie a formação integral do estudante.

O IFBA tem priorizado a capacitação e formação profissional dos servidores do setor estimulando-os através de convênios e liberação para realização de especialização, mestrado, doutorado e apresentação de trabalhos em congressos e seminários.

A capacidade de ação dos profissionais envolvidos é se articularem por área de atuação e discutir sobre o fazer e possibilidades de ampliar as ações em prol do processo de aprendizagem à luz da *accountability*, no sentido de priorizar algumas ações que possibilitem a permanência dos estudantes e seu êxito escolar.

Tomando por base os ensinamentos de Vergara (2005), a fase exploratória da pesquisa foi importante para que a pesquisadora, assim como toda equipe envolvida na ação pedagógica do Campus de Salvador, pudesse entender como seria o processo de pesquisa e ação e da relevância do papel de cada um para uma articulação que trouxesse a discussão e reflexão sobre como estava sendo a atuação do setor pedagógico (antigo Setor Multidisciplinar) e o que poderia ser melhorado à luz de *accountability*.

#### 4.2 A FASE DE APROFUNDAMENTO

Nesta fase, foi aplicado o roteiro de observação que pode ser verificado abaixo. É importante relatar que nesta fase o setor já passava por algumas modificações, mudança de diretor e novos ajustes no fazer.

Os resultados dessa observação estão dispostos no quadro a seguir:

Ficha de Observação

Atuação do Setor Pedagógico

Projeto de Pesquisa: **Accountability: como está presente no processo de aprendizagem?**

Local da Observação: Instituto Federal da Bahia -Campus de Salvador – Setor Multidisciplinar

**Quadro 7 – Registros de Observação no Setor Multidisciplinar**

Período de observação	Aspectos Observados	Registro da observação
2013.1	Procedimento de Atendimento do estudante pelos pedagogos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O estudante procura espontaneamente o setor e relata um fato que queira atendimento.</li> <li>• Se o profissional que atende ao curso está presente, a escuta é feita por ele. Caso contrário, outro profissional ouve e anota o nome do estudante, a turma e o telefone e informa que quando o responsável estiver presente entrará em contato para agendar o atendimento.</li> <li>• O recado é deixado na mesa do profissional, o que não garante que o mesmo receberá a informação em tempo hábil.</li> <li>• Quando o profissional recebe o recado convoca o estudante que tem que relatar novamente o fato. Se o fato necessita da intervenção de outro profissional o estudante ou é encaminhado para um novo atendimento com o outro profissional ou com os dois profissionais ao mesmo tempo.</li> <li>• Nem todos os estudantes retornam para atendimento quando não encontram o profissional que atende seu curso.</li> <li>• Os registros são realizados em portfólio (documento físico) e os pedagogos registram os atendimentos e encaminhamentos realizados.</li> </ul>
2013.1	Atuação dos pedagogos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento ao curso de sua responsabilidade</li> <li>• Escuta de estudantes do curso</li> <li>• Realização da eleição de representante de turma</li> <li>• Participação da Jornada Pedagógica e do seu planejamento</li> <li>• Participação da Comissão do Calendário Acadêmico</li> <li>• Participação de Comissões para estruturação de atividades Acadêmicas e projetos Pedagógicos</li> <li>• Orientação ao estudante sobre o registro do instrumento para Conselho Diagnóstico</li> <li>• Orientação e estimulação sobre a leitura da Organização Didática e outros instrumentos de normatização do Instituto</li> <li>• Realização de atendimento de orientação pedagógica (orientação para estudo, orientação de como resolver questões de notas com o docente, mudança de nota errada, revisão de prova, incentivo a participação em horário de atendimento do professor, encaminhamento para monitoria);</li> </ul>



		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento a pais e/ou responsáveis por convocação ou espontaneamente;</li> <li>• Participação nos Conselhos de Classe – Diagnósticos e Final;</li> <li>• Participação em Reuniões de Pais ou Responsáveis;</li> <li>• Planejamento e acompanhamento da monitoria;</li> <li>• Atendimento aos professores substitutos recém-contratados.</li> </ul>
2013.1	Atuação da equipe de trabalho no setor	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipe com assistentes sociais, psicólogo, nutricionista e pedagogos e assistentes administrativos;</li> <li>• Cada profissional realiza seus atendimentos de rotinas atendendo aos estudantes dentro de sua área de atuação</li> <li>• Reuniões gerais para desenvolvimento de grandes projetos com temas como Drogas, escolha de profissões;</li> <li>• Estagiários atuando em grandes projetos</li> <li>• Equipe participa de reunião com a Direção de Ensino</li> </ul>
2013.1	Atuação dos pais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participam de Reuniões de Pais/Responsáveis</li> <li>• Procuram a escola espontaneamente para receber informações sobre o processo de aprendizagem</li> <li>• Pais/Responsáveis reclamam que não foram informados em tempo real sobre dificuldades de aprendizagem dos filhos</li> <li>• Reclamações sobre boletins disponíveis, no portal do aluno, mas com poucas notas e frequência desatualizada;</li> <li>• Pais solicitam orientações sobre como lidar com problemas da adolescência com os filhos</li> </ul>
2013.1	Outros setores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Docentes procuram o setor para conversar dificuldades de acompanhamento de estudante em suas aulas;</li> <li>• Coordenadores de cursos reclamam a falta de retorno sobre os encaminhamentos dos registros feitos em Conselho diagnóstico</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria a partir da observação

A partir desse levantamento, é possível construir uma síntese da Observação Realizada no primeiro semestre de 2013.

- Retrabalho, pois havia pouco diálogo entre os pedagogos. O mesmo atendimento era realizado por parte de vários profissionais, sem encaminhamento finalizado;
- Fragilidade nas soluções para as demandas, pois o estudante tinha que realizar o mesmo relato para vários profissionais até conseguir que a situação fosse encaminhada;

- Havia pouco registro escrito de acompanhamento, assim como pouca troca de informações sobre o histórico das demandas;
- Ausência de reuniões por área profissional;
- A reunião do setor acontecia esporadicamente, havendo pouca discussão para ações interdisciplinares;
- Engessamento de atuação dos pedagogos, pois cada profissional acompanhava um curso, sem discutir com os outros profissionais da mesma área possibilidades de atuação em problemas semelhantes, inviabilizando um procedimento pedagógico interdisciplinar e articulado;
- Visão dos setores externos de falta de atuação concreta do setor pedagógico;
- Acompanhamento pedagógico restrito ao desempenho do estudante;
- Falta de um procedimento padrão para atendimento aos pais e aos docentes sobre o desempenho do estudante;
- Insatisfação profissional com o trabalho realizado (sensação de atuação precária, limitação de atingimento dos objetivos);
- Insatisfação dos pais/responsáveis dos estudantes por não ter uma forma sistemática de atendimento e de atualizar a informação sobre o desempenho do estudante (boletim com poucas notas registradas, outras desatualizadas, frequência também desatualizada). Esperam convocações para receber informações durante todo o processo dos estudantes e não somente no início do ano letivo;
- Queixa dos coordenadores de curso de não receberem respostas aos casos de estudantes com dificuldade de aprendizagem, frequentemente citados nos Conselhos Diagnósticos;
- Desarticulação no encaminhamento de ações que deveriam ser interdisciplinares na equipe de trabalho.

### 4.3 A FASE DE AÇÃO

**Na fase de Ação**, foi assegurado o que Vergara (2005) ensina, contemplando o planejamento e execução de algumas ações levantadas a partir da observação e discussões com os participantes envolvidos na ação.

Os documentos norteadores da pesquisa foram o Termo de Acordos de Metas e Compromissos, Projeto Pedagógico Institucional do IFBA, Regimento Geral do IFBA e a Organização Didática.

Como foi observado na fase anterior, as mudanças que estavam acontecendo no setor refletiam diretamente na pesquisa. Houve mudança na gestão do setor e, dessa vez, os profissionais puderam indicar o novo diretor do setor, o que se traduziu em credibilidade do processo de gestão democrática que contempla a Constituição Federal e a LDB.

O Setor passou a ser denominado de Departamento Pedagógico e de Atenção ao Estudante e a estrutura passou a ser a seguinte:

**Figura 2** - Organograma do Departamento Pedagógico e de Atenção ao Estudante 2013.1



Fonte: Registro do DEPAE

A partir da indicação, a primeira ação proposta foi a realização de reunião geral para verificar como estavam as perspectivas da equipe e de cada servidor do setor, um diagnóstico para planejar as ações.

Foi aplicado um questionário, conforme os **anexos B e C**, aos servidores do setor para conhecimento de suas expectativas e apresentação de um plano de trabalho.

Foram realizadas algumas reuniões no Departamento Pedagógico com os profissionais da área de Pedagogia, Serviço Social, Nutrição e Psicologia e um Núcleo de Assistência a Pessoas com Necessidades Educativas Especiais, com pautas que iam além de discussão mas também de tomada de decisão, como a indicação da criação de coordenações por área profissional para garantir o fazer específico de cada profissional e privilegiar a integração do setor.

Foi formalizado para o grupo, pela gestora eleita, que o tempo de gestão da nova direção seria de dois anos e que, após esse período, seria feita uma nova eleição direta e, se um novo nome fosse indicado, a garantia de um período de transição de três meses, para garantir que houvesse a troca de informações, que é considerada importante para que o trabalho possa ser discutido a ponto de ter continuidade independente de quem venha gerir o setor.

Foi discutido na reunião que a importância das ações seria na direção de uma nova forma de acompanhamento do processo de aprendizagem do estudante à luz da *accountability*. Foi informado também que, como o Campus estava em fase de estruturação de um novo regimento, o setor iria apresentar uma proposta estrutural de cargos para o novo departamento ou diretoria e que a luta seria para a conquista de coordenações visando a atender a organização de cada segmento de profissionais e de ações conexas, como: Coordenação de Gestão do Trabalho Pedagógico, Coordenação de Orientação Educacional, Coordenação de Atenção ao Estudante, Coordenação de Pessoas com Necessidades Especiais e uma Seção de Acompanhamento de Alimentação e Nutrição.

Nesse momento, o Campus de Salvador começa a apresentar sinais de uma concretização de ações de uma gestão democrática, a exemplo de eleição

de chefes de departamentos sem indicação pela direção, reuniões de direção e coordenação para avaliação do processo de aprendizagem, discussão para estruturação do regimento e ajuste de ações, dentre outros, tudo viabilizado pela Direção Geral e Direção de Ensino do Campus de Salvador.

O trabalho no Campus de Salvador para acompanhamento do processo de aprendizagem estava estruturado da seguinte forma:

- Atendimento Pedagógico por curso, ou seja, cada pedagogo era responsável pelo acompanhamento pedagógico de um ou até dois dos Cursos Integrados oferecidos, a saber: Automação, Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Mecânica, Química, Refrigeração e Saneamento.
- Todas as ações realizadas aconteciam com pouca articulação entre as áreas profissionais, pouco diálogo, nada desejado para um processo de aprendizagem saudável.

Em abril de 2013, a nova gestão do setor pedagógico toma posse e, junto com a equipe pedagógica, inicia um período de discussão e tomada de decisões à luz de mecanismos contemplados em *accountability*, resultado de um planejamento discutido e estruturado após estudo e levantamento das atividades desenvolvidas, das expectativas e possibilidades levantadas por cada área de atuação profissional. Nesta pesquisa, a atenção será para atuação pedagógica conforme o planejamento que está exposto no **Quadro 8**.

Em virtude do objetivo da instituição ser a formação do sujeito através do ato de ensinar e aprender, a maior parte das atividades propostas tinha sua origem na ação pedagógica e se radicava nas ações sociais, psicológicas, nutricionais e outras.

**Quadro 8** - Planejamento discutido e aprovado para o DEPAE

Setores	Atividades	Responsáveis	Envolvidos	Objetivos
Pedagogia Psicologia/ Serviço Social/ Nutrição NAPNEE	<b>Reuniões semanais por setor profissional</b>	Profissionais de cada área profissional	Profissionais e estagiários de cada área profissional	Sistematizar ações e procedimentos por área de atuação profissional; Publicizar e com os pares as ações exitosas e as que necessitam ajustes. Aprofundamento e estudo sobre as áreas de conhecimentos e documentos da instituição.
	<b>Reunião de Pais/</b>	Pedagogos	Pais ou	Discutir e planejar com a Direção de Ensino a pauta da reunião;

Pedagogia	<b>Responsáveis</b>		responsáveis pelos estudantes	Comunicar aos pais e responsáveis como está o estudante com relação a aprendizagem e frequência Mobilizar os pais para o acompanhamento do estudante
Pedagogia	<b>Entrevista Pedagógica Inicial</b>	Pedagogos e pedagogas	Estudantes da 1ª série	Conhecer o estudante, preencher o portfólio do estudante atento a necessidade de algum acompanhamento para encaminhamento imediato
Pedagogia Serviço Social	<b>Plantão Pedagógico</b>	Pedagogos (assistentes sociais, psicólogos, nutricionista Napne)	Pais e ou responsáveis pelo estudante das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries.	Manter os responsáveis pelos estudantes informados sobre o seu desempenho e sobre questões de dificuldade de aprendizagem. Orientar os pais sobre encaminhamentos para melhoria do processo de aprendizagem Receber informações sobre o estudante relevantes para a melhoria do processo de aprendizagem.
Pedagogia	<b>Portfólio digitado</b>	Pedagogos	Estudantes	Iniciamos com a digitação das primeiras séries Registrar informações sobre os estudantes e as orientações dadas aos mesmos. Registro da presença dos responsáveis
Pedagogia	<b>Implantação de arquivo fotográfico (carômetro)</b>	Pedagogos	Estudantes	Reconhecer os estudantes e facilitar a identificação imediata dos mesmos nos conselhos e no espaço escolar.
Todo o setor	<b>Reuniões mensais de Departamento</b>	Gestão	Todos os servidores do setor	Acompanhar o desenvolvimento das atividades Informar sobre aquisições, avanços, retrocessos, vulnerabilidades do setor; Realizar discussão para encaminhamentos e intervenções Subsidiar as práticas do setor; Informar as ações de cada setor para diálogo intersetorial.
Todos profissionais do setor	<b>Implantação do Conselho Técnico Pedagógico</b>	Um profissional de cada área	Estudantes	Observar o estudante que apresente qualquer dificuldade no processo de aprendizagem ou aqueles encaminhado por docentes ou Conselho diagnóstico Traçar procedimentos interdisciplinares para melhoria do desempenho do estudante no processo de aprendizagem
Pedagogia	<b>Construção dos indicadores de desempenho dos cursos por unidade</b>	Pedagogos	Estudantes	Situar as disciplinas com maior e menor aproveitamento Informar aos departamentos os registros dos indicadores Subsidiar a prática pedagógica dos docentes
Aliment. e Nutrição	<b>Distribuição de alimentos. Acompanhamento e avaliação de estudantes com risco nutricional</b>	Nutricionista/tec. de alimentos	Estudantes	Fornecer ao estudante alimentação de qualidade; Orientar cardápio Orientar alimentação balanceada para os estudantes com risco nutricional Discutir com os representantes de estudante cardápio, forma de atendimento e controle de quem está sendo atendido.

Fonte: Elaboração com a equipe da DEPAE

Após a aprovação desse planejamento, os profissionais passaram a participar das reuniões por setor, semanalmente. Esse planejamento elaborado e aprovado coletivamente não aconteceu em um momento único. Cada item teve o seu momento e sua discussão, o que representou um passo concreto para a construção democrática e coletiva das ações.

A seguir, desenvolvem-se as atividades realizadas, incorporando modificações sugeridas pelo coletivo da DEPAE.

Podemos destacar que as **entrevistas pedagógicas iniciais** com os estudantes da primeira série, pelos pedagogos, auxiliam no conhecimento do estudante e aproximação com o espaço escolar. As entrevistas aconteceram no período dedicado ao Curso de Introdução ao IFBA, trinta dias antes do início do ano letivo. Durante o curso, o estudante recebeu orientação sobre o Campus de Salvador, funcionamento, excursão para conhecimento do espaço escolar, palestras sobre cada segmento da DEPAE, orientações sobre a biblioteca, registros escolares, orientações sobre o estudo, preenchimento dos **portfólios digitados** e os estudantes que apresentaram questões que mereciam atenção diferenciada no processo de aprendizagem foram encaminhados para o serviço social, psicólogos, nutricionista, monitoria ou coordenação de atendimento às pessoas com necessidades especiais, a depender de sua necessidade específica.

Com a **digitalização dos portfólios** pelos pedagogos e estagiários de Pedagogia, eliminamos parte de arquivo físico, economizamos tempo para localizar informação sobre o estudante, facilitamos a busca de informações do acompanhamento do estudante e desenvolvemos o hábito dos registros em tempo real, o que nos rendeu segurança e credibilidade nos atendimentos.

Os profissionais estão colocando na rotina de trabalho a **reunião setorial semanal**, na qual eles têm espaço garantido para discussões específicas e planejamento de ações articuladas e das atividades dos estagiários do setor. A reunião deve ser planejada e coordenada por um profissional por semana, com pauta disponibilizada e ata registrada. No caso dos profissionais de Pedagogia, está planejada reunião no turno matutino e no turno vespertino, as sextas-feiras. Sendo assim, ao final da reunião do matutino a ata é encaminhada via e-mail para os profissionais do turno vespertino para

que eles possam acompanhar o que foi discutido, dando continuidade ao que já foi feito, incorporando outras informações e encaminhada a ata do vespertino para que os colegas do matutino fiquem cientes e possam prosseguir com suas ações.

O **Plantão Pedagógico** é momento destinado a fornecer informações sobre o desempenho acadêmico do estudante no processo de aprendizagem aos pais ou responsáveis. Foram planejados para acontecer em três momentos durante o ano letivo, por exemplo: no início do segundo bimestre para dar publicidade sobre o primeiro bimestre e planejar as ações junto às famílias para ajuste no processo. O atendimento é realizado inicialmente pelos profissionais de Pedagogia após cada bimestre e Conselho Diagnóstico. Havendo necessidade de profissional de outra área, será incluído no atendimento, para facilitar a compreensão de alguma situação ou apoio técnico durante o plantão. Cada pedagogo agenda dois turnos de trabalho diferentes para o atendimento dos pais, divulgam as datas através de avisos impressos entregues aos estudantes.

Imediatamente após o primeiro bimestre, todos os pais e/ou responsáveis dos estudantes são convocados. Após o segundo bimestre, embora seja possível a presença de todos os pais/responsáveis, apenas os estudantes que foram citados no Conselho Diagnóstico por apresentarem dificuldades no processo de aprendizagem receberão o aviso impresso para entregarem aos pais/responsáveis e será feita uma ligação convidando-os, visando a garantir a presença dos mesmos ao setor. No terceiro bimestre, somente os estudantes com dificuldades receberão aviso impresso e ligação para comparecimento dos pais/responsáveis ao Plantão Pedagógico. O cronograma de todos os Plantões é divulgado nas reuniões de pais e responsáveis, nos murais e nas coordenações de cursos.

Como o ano letivo é planejado em quatro bimestres pedagógicos, os plantões foram distribuídos somente nas três primeiras unidades uma vez que, terminada a quarta unidade, já se publica o resultado final.

O **arquivo fotográfico dos estudantes** (carômetro) é elaborado em um álbum com fotografia e nome do estudante por curso e série. A confecção foi realizada com auxílio dos estagiários em Pedagogia. O objetivo é identificar o



estudante, imediatamente. Estão nas atividades de rotina do setor e nos Conselhos Diagnósticos sempre que exista dúvida sobre quem é o estudante.

A gestão da DEPAE publicou cronograma com **as reuniões mensais do Departamento** para o ano letivo 2013, com objetivo de publicizar e, assim, garantir que os servidores pudessem se agendar e não sobrepor ou planejar atividade para o mesmo momento. A pauta das reuniões contempla espaço para cada seguimento apresentar suas realizações, desafios, possibilidades e integração entre os membros.

O **Conselho Técnico Pedagógico** é realizado sob a direção do Diretor da DEPAE e pelo menos um representante de cada seguimento profissional: pedagogo, psicólogo, assistente social e nutricionista. Está sendo experimentado, com muita atenção, pois é uma inovação para o Campus de Salvador. A ideia é reunir uma equipe de profissionais de diversas áreas para pensar, analisar e encaminhar ações em um Conselho Técnico Pedagógico que não vai utilizar a carga quantitativa como referência e sim observar o estudante nas áreas de Psicologia, Serviço Social, Nutrição, Necessidades Especiais e Pedagogia para criar clima benéfico para o processo de aprendizagem do indivíduo. Isso é algo que vai além de cuidar da permanência do estudante, mas uma preocupação com a qualidade de condições em que o processo vai se desenvolver para o sucesso da aprendizagem. O **anexo D** orienta como é realizado o registro dos encaminhamentos no Conselho Técnico Pedagógico.

A **Construção de Gráficos de Aproveitamento por Bimestre**. Os indicadores de desempenho eram construídos ao final do ano letivo. Em 2013, a experiência foi realizar a construção por disciplina, bimestre e curso, sendo encaminhado por cada pedagogo que acompanha o curso para a coordenação de curso e/ou área correspondente, visando a um estudo dos dados e atenção com resultados apresentados. A ideia é que cada pedagogo estude, junto com a coordenação do curso ou da área que acompanha, as limitações e possibilidades das disciplinas, numa parceria de entendimento e fornecimento de subsídios pedagógicos para um caminho alternativo. Ainda não aconteceu. Esse acesso imediato a essa informação (indicadores de desempenho por bimestre) tem a intenção de despertar uma discussão entre os docentes em

parceria com as suas coordenações e com setor pedagógico, desencadeando proposições e compromisso com a construção de caminhos para melhoria do processo de aprendizagem.

No **acompanhamento da distribuição da alimentação e acompanhamento nutricional dos estudantes** que apresentam risco nutricional, houve uma sistematização das tarefas, como entrevistas, registros das informações, orientação nutricional de um número considerado pequeno de estudantes, pois só contamos com uma profissional graduada em Nutrição e uma estagiária na área. Inicialmente, houve o estudo para compra e aquisição de materiais e, em seguida, a implantação dos atendimentos. A compra dos materiais está em processo de licitação.

#### 4.4 A FASE DA AVALIAÇÃO

**Na fase de Avaliação** é realizada a análise das ações e seus resultados, não deixando de lado a observação processual, *feedback*, redirecionamento das ações e resgate do conhecimento produzido no decorrer do processo.

Nessa fase, para a realização do estudo, foi definido como unidade para análise a Diretoria Adjunta Pedagógica e de Atenção ao Estudante, Campus de Salvador, do IFBA, com o corte temporal de 2012 até 2013, a organização dos procedimentos pedagógicos da equipe técnico-pedagógica aliada aos indicadores acadêmicos dos resultados da primeira série do ensino integrado.

Vamos iniciar avaliando os pontos estratégicos que viabilizaram uma análise detalhada de alguns aspectos da pesquisa-ação a partir da sugestão de Thiollent (2009, p. 69).

**Pontos Estratégicos** – Clareza na hora de estabelecer os objetivos no planejamento da ação, integração do setor durante as reuniões setoriais, utilização do e-mail do setor para troca de informações quase que em tempo real, os profissionais estarem lotados no mesmo setor e condição de trabalho disponibilizada pela Direção de Ensino para viabilidade das ações.

**Capacidade de Mobilização** – Tivemos a mobilização dos servidores do setor das diversas áreas profissionais, dos estagiários do setor, de alguns

docentes e coordenadores de curso. Essa mobilização se deu em virtude de os profissionais pensarem em mudar a lógica do trabalho individualizado que acarretava o retrabalho e sensação de impotência diante de algumas situações.

**Capacidade de Propostas** – Pelo planejamento apresentado já verificamos que várias propostas foram sugeridas, todas as propostas aprovadas em reunião foram implementadas. É importante registrar que, além do setor pedagógico, foram viabilizadas propostas nos setores psicológico, no Serviço Social, na Coordenação de assistência às pessoas com necessidades especiais e no setor de alimentação e Nutrição do DEPAE, que também participaram da pesquisa, pois as ações implementadas no setor de Pedagogia reverberavam nas demais áreas.

**Continuidade do Projeto** – A Direção de Ensino e o DEPAE, além de propiciarem as condições para continuidade do projeto, querem viabilizar a implantação de outras ações com vistas ao fortalecimento e visibilidade do setor, visando à ampliação da capacidade pedagógica e, conseqüentemente, à qualidade do processo de aprendizagem.

**Participação** – Além das pessoas envolvidas diretamente no projeto, conforme o planejamento, tivemos a participação de outros setores que reforçaram as ações pedagógicas, divulgando ou facilitando o nosso trânsito nos setores quando necessário. A coordenação de atenção ao estudante esteve próxima das ações pedagógicas, no planejamento do Conselho Técnico Pedagógico, na seleção e acompanhamento dos estudantes beneficiados com alguma bolsa dentro do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante.

**Qualidade do trabalho em equipe** – A equipe conseguiu interagir nas reuniões setoriais e nas reuniões gerais a ponto de conseguir implantar o Conselho Técnico-Pedagógico, uma ação que precisou da representação de um profissional de cada área para análise e encaminhamentos das situações de dificuldades estudantis.

**Atividades de Apoio** – Neste aspecto, precisaremos investir mais esforços, pois o setor precisa de um programa que possa importar e suportar dados registrados de estudante, conservando o sigilo profissional de cada área.

Já conseguimos diálogo com o setor da Informática, porém a execução desse programa ainda não foi possível. Dessa forma, continuamos com problemas nos registros, copiando e colando informações, com risco de erro constante na passagem dos dados. A direção geral já foi notificada em reunião da importância de importação de dados, do armazenamento e do sigilo e nos deixou confiantes para o enfrentamento da questão.

### **Conclusão sobre a abordagem metodológica utilizada**

A pesquisa-ação como abordagem metodológica adota seminários para divulgação e discussão dos resultados das pesquisas, porém nós optamos para exposição participada nas reuniões setoriais, nas reuniões de coordenação e nas reuniões gerais do setor. Primeiro, porque tínhamos prazo para começar, realizar e concretizar algumas ações do projeto e, segundo, porque o campus de Salvador estava tendo um Calendário acadêmico atípico em 2013, conforme **anexo E**, por conta da greve do ano anterior e do período de eleição para Reitor e Diretor geral do referido Campus. Esses eventos, de qualquer sorte, impactaram o planejamento de algumas ações que tinham que se ajustar ao calendário letivo, que também se assentava.

Ao utilizar a pesquisa-ação, foi possível integrar profissionais engajados na causa da Educação a participarem do estudo, com proposições e ações para um planejamento que pode ser efetivado pela pesquisadora e que se iniciou com um problema de pesquisa, mas gerou mobilização de muitas pessoas que modificaram e alteraram suas rotinas de trabalho e cujos efeitos merecem ser estudados, avaliando o desempenho da instituição a partir desse projeto.

## **4.5 ANÁLISE DOS ACHADOS DO MONITORAMENTO E CONTROLE DOS RESULTADOS DA GESTÃO DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

Ao pesquisar o tema *accountability* e a gestão do processo de aprendizagem a tentativa foi responder a questão seguinte: **Como acontece o processo de aprendizagem à luz das dimensões de *accountability*?**

Nessa tentativa, além de pesquisar o referencial teórico e adotar uma metodologia para o estudo, também foi considerada a observação dos achados no IFBA, Campus de Salvador.

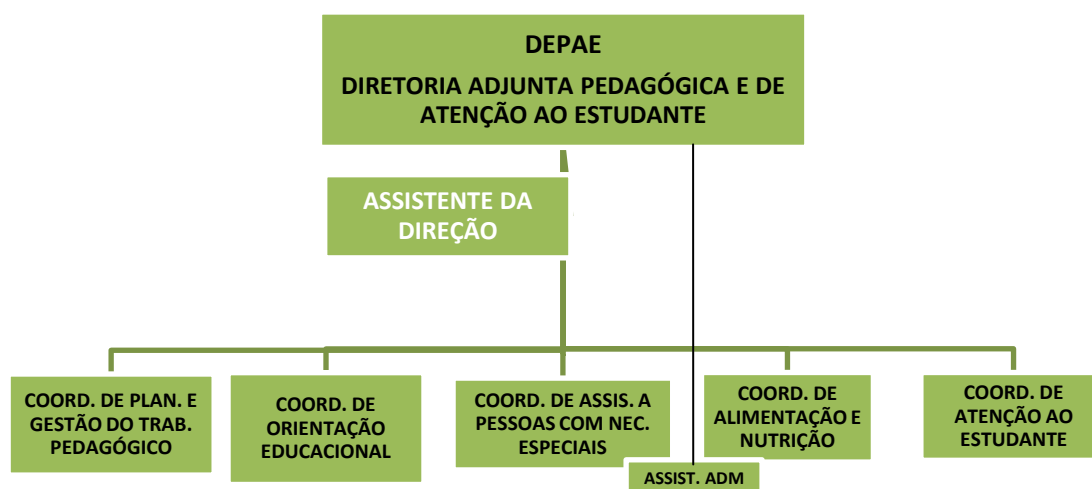
Encontramos, no âmbito pedagógico, a Diretoria Pedagógica e de Atenção ao Estudante, que não tem o mesmo formato em outros *campi* do IFBA.

Essa Diretoria está estruturada para atender a alguns objetivos como:

- Favorecer a integração das relações entre as áreas;
- Estruturar e propor ações que subsidiem a práxis pedagógica;
- Estabelecer procedimentos profissionais para garantia da transparência;
- Oportunizar a construção e implementação de um planejamento exequível;
- Acompanhar os processos pedagógicos de atenção ao estudante;
- Atender as pessoas com necessidades educativas especiais de forma inclusiva;
- Estabelecer com a DE uma relação que favoreça sintonia e garantia de trabalho técnico pedagógico sistêmico.

Seu organograma atual contempla algumas coordenações que darão suporte ao trabalho pedagógico de forma articulada e interdisciplinar, como está disposto a seguir:

**Figura 3 - Organograma do DEPAE 2013.2**



Fonte: Regimento do Campus de Salvador

Pelo que se pode observar no **quadro 3**, quando a pesquisa iniciou o número de servidores do setor pedagógico com formação acadêmica em nível de pós-graduação *stricto sensu* eram três e um desses tinha titulação de Doutor. Agora, nós temos no quadro seis mestres, oito mestrandos e cinco especialistas, que já estão se preparando para ingressar no Mestrado.

Vejamos como está o quadro de formação acadêmica no setor:

**Quadro – 9** Formação Acadêmica dos servidores do DEPAE 2013

<b>Área de atuação Profissional</b>	<b>Especialistas</b>	<b>Mestres</b>	<b>Doutores</b>	<b>Total de profissionais</b>
Pedagogia	04	05	-	09
Assistentes Sociais	02	01	-	03
Psicologia	02	-	-	02
Nutricionista	01	-	-	01
Tec. de alimentos	01	-	-	01
Assistentes administrativos	03	-	-	03
Docente (Capne)	01	-	-	01
<b>Total de servidor por formação</b>	<b>14</b>	<b>06</b>	<b>-</b>	<b>20</b>
<b>Total em percentual</b>	<b>70%</b>	<b>30%</b>	<b>-*</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos registros do setor de pessoal do IFBA

Como foi visto na **fase exploratória** da pesquisa, houve compromisso da organização na formação dos profissionais, o que realmente ampliou visivelmente o número de profissionais com titulação acadêmica em pós-graduação *stricto sensu*.

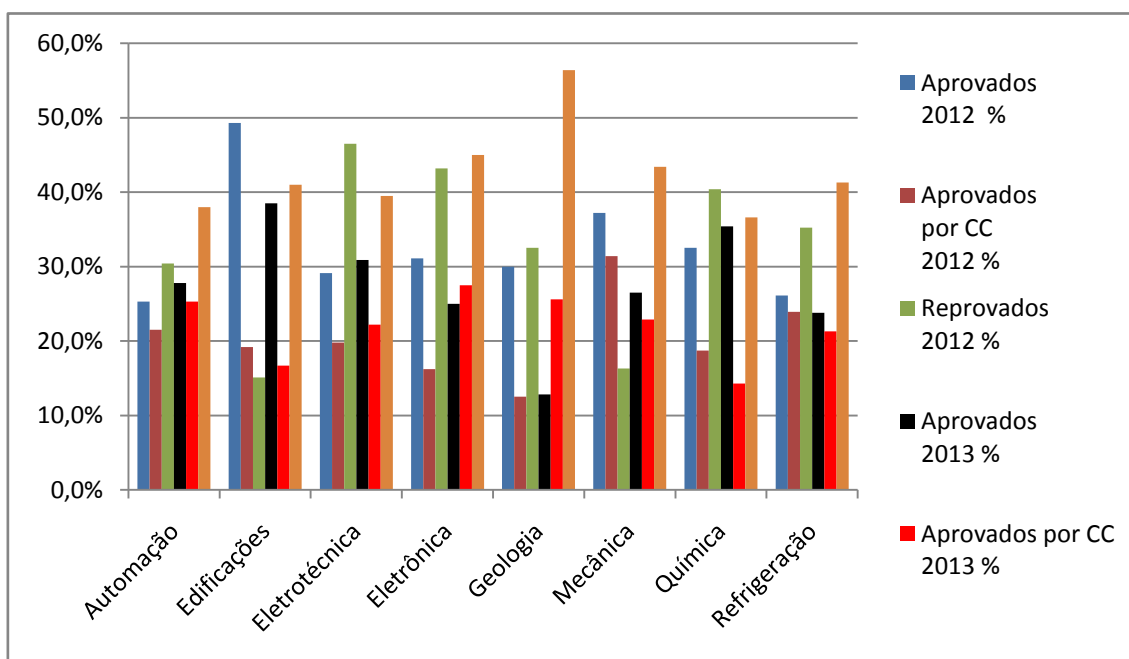
Na atual estrutura, os profissionais que já estavam trabalhando na perspectiva de mudança tiveram seus objetivos contemplados com relação à forma de se organizarem, pois, conforme suas proposições para mudança do regimento, as Coordenações por área de atuação foram contempladas no atual regimento (figura 3).

Para assumir cada coordenação, houve a escuta dos profissionais em reunião geral do setor, quando a indicação dos nomes foi feita através de entendimento entre os profissionais que indicaram seus representantes. A partir de então o trabalho tem sido de estruturação das atividades e acomodação das Coordenações por área de atuação, conforme institui o regimento do Campus de Salvador.

Por atuar no setor estratégico, que é o da Diretoria Adjunta Pedagógica e de Atenção ao Estudante, a observação dos índices de desempenho e os mecanismos de acompanhamento e controle do processo de aprendizagem são verificados *in loco*.

O Acompanhamento foi sistematizado para os estudantes do 1º ano, com as entrevistas pedagógicas iniciais, portfólio digitado, álbum fotográfico e monitoria. Em seguida, a sistematização do atendimento dos estudantes do 2º ano; alunos reprovados e estudantes aprovados pelo Conselho de Classe são atendidos e ouvidos procurando identificar com os mesmos os motivos da reprovação ou da aprovação por Conselho de Classe. Por fim, o acompanhamento da 3ª e 4ª séries está planejado por demanda e projetos específicos, atendendo a temas sugeridos pelos estudantes ou da sua área profissional.

**Gráfico 3** – Indicadores de Desempenho Comparativo entre 2012 e 2013 da 1ª Série



**Fonte:** Registro de Desempenho da DEPAE – Indicadores de Desempenho 2013

Para análise, a observação do quadro comparativo de desempenho acadêmico, **gráfico 3**, da primeira série, dos cursos integrados, que no ano letivo de 2013 já tiveram um acompanhamento diferenciado, demonstra que houve aumento no percentual de aprovação sem o recurso do Conselho de Classe em alguns cursos (ponto positivo) e aumento do percentual de reprovação (ponto negativo) em outros cursos.

O calendário de atividades letivas contempla duas formas de Conselho de Classe: um diagnóstico e outro final. O primeiro objetiva os encaminhamentos de intervenção durante o processo e o segundo, a correção ao final do ano letivo.

Os acompanhamentos pedagógicos aos estudantes são realizados de forma individual ou em grupo pelos profissionais da DEPAE, objetivando orientar os pais e estudantes durante o processo de aprendizagem.

São confeccionados gráficos de aproveitamento, mapas de resultados por unidade e anual para o monitoramento do desempenho do processo de aprendizagem.

Durante o trabalho de pesquisa realizado na DEPAE com os pedagogos, foi possível verificar o envolvimento dos profissionais do mesmo setor e de outras áreas, como os assistentes administrativos, articulando procedimentos padrões para dinamizar e melhorar os atendimentos e rotinas.

O setor de Psicologia, além da sua rotina de atividades, envolveu-se no processo de seleção de estudantes para o ingresso no IFBA. A Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais iniciou sua participação sistemática nos Conselhos Diagnósticos. O Serviço Social esteve em fase de aprimoramento no Processo de Seleção e Acompanhamento dos Estudantes inscritos ou beneficiados pelo Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes, o que significou que ações originadas do setor de Pedagogia frutificavam e reverberavam em outros setores internos da DEPAE.

Para realização da análise, iniciamos o paralelo do que Afonso (2011) trata como mecanismo em *accountability* e o que pretendemos aproximar na organização das ações do setor pedagógico, do Campus de Salvador, no processo de aprendizagem.



Parece ser um arranjo pedagógico virtuoso que pretende articular uma experiência institucional inovadora entre os mecanismos de *accountability* e as atividades realizadas pelo setor pedagógico e que pode abrir excelentes perspectivas para o acompanhamento pedagógico.

**Quadro - 10** Modelo de Análise e uma aproximação com o processo de aprendizagem

**Aproximação entre *Accountability* e a Estrutura da Gestão do Processo de Aprendizagem do Campus de Salvador- IFBA**

<b>ACCOUNTABILITY</b>	<b>Avaliação ex-ante</b>		<b>Avaliação ex-ante</b>		
	<b>Prestação de contas</b>	Fornecer informações	<b>Gestão do Processo de Aprendizagem</b>	Registro em diário de Classe e em Conselho de Classe Diagnóstico	
		Produzir argumentações		Avaliação dos resultados de unidade e encaminhamentos	
		Dar Justificações		Conselho de classe Diagnóstico e Plantão pedagógico	
		Elaborar e publicar relatórios de avaliação		Conselho Técnico Pedagógico/ Mapas / Relatórios	
	<b>Avaliação ex-post</b>			<b>Avaliação ex-post</b>	
	<b>Responsabilização</b>	Imputação de responsabilidades e/ou imposições de sanções negativas		Convocação de estudantes, pais ou responsáveis, docentes e coordenadores para realizar os encaminhamentos;	
		Atribuição de recompensa material ou simbólica		Encaminhamento para monitoria, elaboração de horário de estudo, atendimento social, psicológico, pedagógico ou nutricional; Elogio para o docente sobre a sua prática, registro em fórum e divulgação de atividades exitosas;	
		Persuasão ou advocacia moral		Sessões psicopedagógicas e reuniões pedagógicas / Proporcionar formação continuada para o servidor;	
		Avocação de normas de códigos deontológicos		Verificação do regimento interno do IFBA, PPI, Organização Didática do Campus de Salvador;	
Outras formas legítimas de responsabilização		Reprovação ou jubramento do estudante; Nocaso do servidor que estiver agindo em desacordo com as normas responderá À Processo Disciplinar ou encaminhamento à Comissão de ética.			

Fonte: Elaboração a partir de Afonso 2011

Os *stakeholders* selecionados para esse estudo têm respondido aos impulsos de *accountability*, recebendo e buscando informações e argumentações no processo, exigindo prestação de contas, acolhendo as proposições e participando ativamente dos ajustes, demonstrando corresponsabilidade pelo processo de aprendizagem. Com relação à exigência da responsabilização, não foi registrada nenhuma solicitação. Há registros de responsabilização no que diz respeito à reprovação do estudante e jubramento, conforme regimento em vigor.

**Quadro 11** - Atividades desenvolvidas pelos *stakeholders* a partir da pesquisa

Itens	Stakeholders	Atividades desenvolvidas (a partir das novas práticas)
01	Estudantes	Participam das entrevistas pedagógicas iniciais, recebem as informações de seu desempenho após o Conselho de Classe Diagnóstico, buscam o DEPAE para esclarecimentos e encaminhamentos de situações, apresentam frequência irregular na monitoria, comparecem ao setor para sugestão de procedimentos sobre calendário, horário de estudo. Divulgam o Calendário de Plantão Pedagógico para seus pais ou responsáveis.
02	Docentes	Recebem informação sistematizada sobre o seu desempenho em sala de aula durante o Conselho de Classe Diagnóstico, encaminham situações para resolução junto ao DEPAE.
03	Pedagogos	Participam dos Conselhos de Classes Diagnósticos com registros sistematizados e informações sobre a turma atualizadas, participam do Conselho Técnico-Pedagógico organizando e articulando os encaminhamentos, realizam o Plantão Pedagógico bimestralmente, atualizam os Portfólios em tempo real, sistematização do atendimento individualizado do estudante.
04	Coordenadores de área e de curso	Recebem do DEPAE mapa de indicadores de desempenho por disciplina, em cada bimestre, de cada curso.

Fonte: Elaboração própria a partir dos registros do DEPAE

Como pode ser notado no **quadro 11** acima, os *stakeholders* selecionados têm participado das decisões e se responsabilizado, de maneira ainda tímida, mas já se consegue sentir posicionamento de alguns. É o caso, por exemplo, dos estudantes que são encaminhados para monitoria e não comparecem, demonstrando posicionamento de não ter intenção de participar, ou do estudante que vai solicitar inclusão na monitoria, pois não está indicado para tal auxílio, exigindo da gestão justificativa para sua não convocação para participar.

Importante que alguns dos *stakeholders*, estudantes e pedagogos, participaram do processo se posicionando, exigindo as justificações e prestação de contas, pois *accountability* não é uma via de mão única. Se os interessados não pressionam, não exigem dos gestores públicos prestação de contas, pouco ou nada acontece. Além da prestação de contas, é cabível a exigência de responsabilização por parte dos interessados.

Com essa análise e aproximação, pretende-se formar sujeitos ativos para provocar a prestação de esclarecimentos em relação aos agentes dos poderes públicos, pois são os profissionais que estão trabalhando com os estudantes e que vão auxiliar no amadurecimento e segurança desse sujeito.

Conforme Afonso (2009)

*Accountability* não é, portanto, uma mera questão simbólica ou retórica – que alguns discursos tendem a naturalizar porque, implícita ou explicitamente, a associam a uma concepção restrita e ritualística de democracia formal, enquanto regime baseado apenas na consagração legal ou jurídica de direitos e deveres –, mas, antes, uma questão ampla de cultura política e de ação moral e ética que tem a ver com a qualidade e profundidade das práticas democráticas, ou seja, com uma democracia substantiva, participativa e crítica (AFONSO, 2010, p. 168).

A partir do que Afonso nos ensina, *accountability* precisa estar na concepção dos processos. Além de uma prática, é a assunção de um compromisso moral e ético, uma atitude política frente a qualquer gestão pública. Não está na superfície das ações, mas na complexidade do que se pretende coletivamente.

## 5 PROPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES DE AÇÕES PARA A MEDIAÇÃO DA GESTÃO DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM À LUZ DE ACCOUNTABILITY

A sociedade tem valorizado novos instrumentos de gestão que definam procedimentos de execução dos serviços específicos com prazos explícitos de resolução de solicitações por serviços e cumprimento de metas.

Estabelecimento de metas por prazos para o alcance da qualidade de serviço público e que possibilitem a normatização de procedimentos e avaliação dos serviços; criação de indicadores para avaliação do trabalho; implantação da rede de atendimento e informação; parcerias com vários setores, centros de pesquisa para construção de metodologias e instrumentos de gestão e capacitação de agentes públicos para novos processos administrativos estão sendo pensados para que contemplem os processos de *accountability* como meio de garantir a transparência e participação da sociedade.

**Quadro 12** – Objetivos do projeto e alinhamento com as proposições para intervenção

Objetivos do projeto	Proposições de intervenção
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar as dimensões de <i>accountability</i>, visando a uma adequação no processo de aprendizagem;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar quais são as dimensões que apoiam o processo de aprendizagem e o que aproxima da <i>accountability</i>.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar quais são os mecanismos de monitoramento e controle que são utilizados no processo da aprendizagem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar se os mecanismos de controle e monitoramento utilizado contemplam a informação, justificação e prestação de contas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estruturar ações que contribuam para novas estratégias e procedimentos que contribuam com a qualidade da aprendizagem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaborar, com os participantes, procedimentos para um acompanhamento sistemático de uma práxis pedagógica.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recomendar ações que fortaleçam a aprendizagem a partir da incorporação dos procedimentos das dimensões de <i>accountability</i>.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaborar rol de ações, procedimentos e recomendações sobre implantação de novas rotinas de acompanhamento do processo de aprendizagem.</li> </ul>

Fonte – Elaboração própria

Nesse alinhamento, o trabalho realizado apresenta um compromisso com a sociedade de fornecer proposições que alertem para uma prática democrática e apresente um repertório de ações que aproximem *accountability* do processo de aprendizagem.

De acordo com os objetivos estabelecidos para a pesquisa, é importante listar algumas recomendações para contribuir com o processo de aprendizagem não só do Campus de Salvador, mas também de qualquer instituição educacional pública ou privada que pretenda como princípio formar cidadãos críticos e participativos na sociedade com perspectivas democráticas e hábitos sustentáveis.

Quando estudamos o quadro de Afonso e tentamos uma aproximação com os procedimentos adotados no Campus de Salvador e os mecanismos de *accountability*, formulamos as seguintes recomendações dispostas em dois momentos: Avaliação ex-ante e avaliação ex-post:

**Avaliação ex-ante**, na qual trataremos assim a aproximação de prestação de contas na gestão do processo de aprendizagem, momento de informação:

- Realização atualizada de registro em diário de Classe e em Conselho Diagnóstico – Sensibilização dos docentes para essa atividade;
- Verificação bimestral dos indicadores acadêmicos para avaliação dos resultados de unidade e possíveis encaminhamentos junto aos Departamentos Acadêmicos – utilizar os registros realizados pela Coordenação de Registros Escolares para elaboração de gráficos;
- Estruturar o Conselho de Classe Diagnóstico de forma dinâmica, apresentando gráficos com os resultados do bimestre, documentos para registro do diagnóstico e ocorrências das situações que acontecem e obstruem o processo ensino-aprendizagem, trazendo soluções, propondo melhorias para a prática educativa, quer no tocante ao estudante ou ao trabalho docente;
- Estruturar Plantão Pedagógico de forma dinâmica, com gráficos de aproveitamento das disciplinas, informes sobre ocorrências atípicas no

processo para dar conhecimento aos pais/responsáveis, informar e estabelecer clima de parceria do que está sendo realizado no acompanhamento dos estudantes;

- Institucionalizar o Conselho Técnico-Pedagógico, que será responsável pela análise das dificuldades apresentadas pelo estudante de forma interdisciplinar;
- Elaborar mapas de acompanhamento e relatórios das atividades do DEPAE e encaminhar para Direção Geral, Direção de Ensino, Departamentos Acadêmicos, Reunião de Pais, Reunião de Representantes de Turmas e Jornada Pedagógica.

**Avaliação *ex-post***, a aproximação quanto à responsabilização a seguinte;

- Realizar a convocação de estudantes, pais ou responsáveis, docentes e coordenadores para informar e propor os encaminhamentos pertinentes;
- Realizar o encaminhamento do estudante para monitoria, auxiliar na elaboração de horário de estudo, atendimento social, psicológico, pedagógico ou nutricional ao estudante, encaminhado por um dos Conselhos;
- Sessões psicopedagógicas para estudantes e reuniões pedagógicas com docentes ou chefe de departamento para alinhamento do processo de aprendizagem. Proporcionar formação continuada para o servidor que apresentar inconformidade ou desatualização profissional;
- Viabilizar, no DEPAE, discussões e estudos sobre do regimento interno do IFBA, PPI, Organização Didática do Campus de Salvador para que o processo de aprendizagem aconteça conforme normatização;
- Em última instância, se o estudante não conseguir êxito durante o processo de aprendizagem, tem como consequência, conforme a Organização Didática, a reprovação ou jubramento do mesmo;

- E, no caso do servidor, se a sua atuação estiver em desacordo com as normas do IFBA, o mesmo poderá ser indicado para Processo Disciplinar ou encaminhamento à Comissão de Ética.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa fica claro que na gestão do processo de aprendizagem alguns aspectos precisam de ajustes ou de mudanças para que seja contemplado o *accountability* de forma ampla a fim de melhorar a qualidade da gestão no processo de aprendizagem. Nessa pesquisa, puderam ser estudadas, com proximidade, as atividades pedagógicas no tocante aos profissionais de Pedagogia, da Diretoria Adjunta Pedagógica e de Atenção ao Estudante.

Os desafios de entender a gestão do processo de aprendizagem e aproximá-lo de forma prática de *accountability* ensejaram na equipe senso de fortalecimento, visibilidade e percepção de que é possível realizar atividades no processo pedagógico, assimilando conceitos organizacionais e enfatizando as relações entre os sujeitos do processo de aprendizagem.

O pressuposto estabelecido nesse estudo de que a gestão do processo de aprendizagem, instituído no Campus de Salvador, não contempla, no setor pedagógico, mecanismos de *accountability* que somem aspectos importantes para retroalimentação no processo educativo não se confirma, pois se verifica algumas ações institucionalizadas que cumprem o papel de prestação de contas (informação e justificação) como: Conselhos diagnósticos Bimestrais, Conselho de Classe Final, reuniões de Pais e responsáveis. Na dimensão responsabilização constata-se as convocações dos pais, responsáveis, estudantes e docentes para encaminhamentos de questões de acordo com a necessidade de cada um, indicação de estudante para monitoria e orientações para estudos.

Com isso, o Campus de Salvador consegue, com esta pesquisa, um ambiente estimulado para prosseguir com avanços nas pesquisas em *accountability* na gestão do processo de aprendizagem, devido à extensão de áreas profissionais que podem ser atingidas e melhoradas em sua performance pedagógica e que participam ativamente do processo além da área de pedagogia, a saber: Psicologia, Serviço Social, Alimentação e Nutrição, CAPNE e o Corpo Docente.



Foram elencadas algumas proposições e recomendações de ações para mediação do processo de aprendizagem que, com certeza, deverão ingressar na pauta de discussões para não serem incorporadas de forma acrítica, tentando reproduzir um modelo simplesmente. Pelo contrário, exigirá mais investigação, reformulação de conceitos, publicização de planejamento, para que cada profissional, no seu papel, visualize as mudanças no processo pedagógico e a importância para a aprendizagem. Isso pode significar compromisso. Assim, o papel centralizador de gestor vai se dissolver num processo claro de democratização e desburocratização.

As mudanças no processo de aprendizagem às vezes são rápidas e às vezes a médio ou longo prazo. Os resultados, porém, são cotejados em várias performances da rotina educacional. É certo que nem tudo no processo de aprendizagem pode ser exatamente medido, calculado, mas produzirá reflexos no indivíduo, na coletividade escolar, na família e na sociedade.

Com relação à prestação de contas e responsabilização, a gestão tem demonstrado mudança nas práticas através de algumas intervenções, disponibilizando e publicizando as realizações através dos relatórios de gestão, no sentido de ajustar e aproximar da comunidade as informações sobre o que se realiza no âmbito pedagógico para acompanhamento do processo de aprendizagem na instituição.

O setor pedagógico tem trabalhado no sentido de integrar o currículo às experiências do mundo produtivo e às já vividas pelos estudantes, aproximando-se mais dos planejamentos e das ações de integração do Campus.

É possível enxergar o avanço das concepções e práticas pedagógicas que exigem não mais o bom senso e a experiência, mas também conhecimentos que só podem ser construídos por meio da pesquisa integrada aos avanços tecnológicos, compreendendo as potencialidades e limitações da tecnologia digital na geração e gestão do conhecimento e na mediação pedagógica, apropriando-se das inovações tecnológicas e examinando suas implicações educacionais.

Registrar que a limitação da pesquisa em formas parcelares de *accountability* à prestação de contas e responsabilização desencadeou a interpelação sobre **como aplicar um sistema *accountability* à gestão pedagógica?** Questão que pode ser considerada para uma nova pesquisa, uma vez que a articulação de modelos e dimensões de *accountability* pode aprimorar a prática com qualificação e argumentação comprometidas com uma gestão democrática.

Esse pensamento deve nutrir os novos estudos que se propagarão no Campus de Salvador, sempre na visão de considerar o que é estabelecido como missão do IFBA: “Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país”.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Políticas educativas e accountability em educação. Subsídios para um debate iberoamericano. Sísifo. **Revista de Ciências da Educação**, n.9, 2009, pp. 57-70. Consultado em [04, 2012] Disponível em <<http://sisifo.fpce.ul.pt>>. Acesso em: 04/12/2012

\_\_\_\_\_. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à accountability baseada em testes estandarizados e rankings escolares. **Revista Lúsofona de Educação**, v. 13, 2009.

\_\_\_\_\_. **Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Gestão, autonomia e accountability na escola portuguesa: breve diacronia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 26, n.1, pp. 13-30. Jan./abr.2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Presidência da República Casa Civil**. DECRETO Nº 7.690, de 2 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. **Fracasso escolar no Brasil: Políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar**. Brasília: SEB, 2005.

\_\_\_\_\_. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepções e diretrizes**. Brasília: SETEC, 2010.

\_\_\_\_\_. **Plano de desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

BROOKE, Nigel. Responsabilização educacional no Brasil. **Revista Iberoamericana Evaluacion Educativa**, n.1,v.1, pp. 94-109. 2009.

BROOKE, Nigel; SOARES, José F. (org.). **Pesquisa em Eficácia Escolar: Origem e Trajetórias**. Minas Gerais.UFMG, 552 p.

CAMPOS, Ana Maria. Accountability: Quando poderemos traduzi-la para o português? . **Revista de Administração Pública**. v. 24, p. 30-50, 1990.

CIAVATTA FRANCO, Maria Aparecida. Fábula da Nova República: criação de duzentas escolas técnicas. **Cadernos CEDES**, Campinas: UNICAMPI, n. 20, 1988: 36-47.

CURY, Carlos R. J. Prefácio. In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M. (org.) **Gestão Educacional**: novos olhares novas abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

DEMO, Pedro. **A nova LDB**: ranços e avanços. Campinas, SP: Papirus, 2001.

\_\_\_\_\_. **Professor do futuro e reconstrução do conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DEWEY, J. **Como pensamos**. Como se relaciona o pensamento reflexivo com o processo educativo. Uma re-exposição. São Paulo: Nacional, 1959.

\_\_\_\_\_. **Experiência e Educação**. Trad. Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1971.

DOURADO, F. Luiz. **Fracasso escolar no Brasil**: Políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar. Brasília: SEB, 2005.

ESTEBAN, Maria Teresa; AFONSO, Almerindo J. (org.). **Olhares e interfaces**: reflexões críticas sobre avaliação. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Escola, currículo e avaliação**. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise Nogueira. (org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GRANT, Ruth W. e Robert O. Keohane. "Accountability and Abuses of Power in World Politics." **American Political Science Review** 99 (2005): 29-43.

HEIDEMANN, Francisco G, SALM, José F. (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelo de análise. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

KENSKI, Vani Moreira. Novas tecnologias: o redimensionamento do espaço e do tempo e os impactos no trabalho docente. **Revista Brasileira de Educação** n. 8. Mai/ago, 1998.

LIBÂNEO, José C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia Crítico-Social dos Conteúdo. São Paulo, Loyola, 1989.

\_\_\_\_\_. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, Telma C. S. e MIOTO, Regina C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katal**. Florianópolis. v. 10 n. esp. p. 37-45. Abril. 2007.

LUCK, Heloísa. **Perspectivas da avaliação institucional da escola**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MACKE, Janaina. A pesquisa-ação como estratégia de pesquisa participativa. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B.. (Org.). **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 217-249.

MARCONI, M. D. A. & LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**: Planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 4. ed., São Paulo: atlas, 1999.

MILANI, Carlos R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 42, p.551-79, maio/jun. 2008.

MORAN, José. Caminhos que facilitam a aprendizagem. In: **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. Papirus, 21 ed., 2013, p. 27-29. Disponível em [:<http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias\\_eduacacao/camin.pdf>](http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias_eduacacao/camin.pdf) Acesso em :12 nov. 2013.

O'DONNELL, Guillermo. Accountability Horizontal e Novas Poliarquias. **Lua Nova**, n. 44. São Paulo, 1998. p. 27-52.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais**: Uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. São Paulo:Moderna, 2011.

PILETTI, Nelson. **Psicologia Educacional**. 10.ed. São Paulo: Ática, 1991.

PINHO, J. A. G; SACRAMENTO, Ana Rita S. Accountability: Já podemos traduzi-la para o português? . **Revista de Administração Pública (impresso)**, v 43, p. 1343-1368. Rio de Janeiro NOV/DEZ. 2009

PINHO, J. A. G. e SACRAMENTO, Ana Rita S. Corrupção e Accountability no Brasil: um olhar a partir de organizações da sociedade civil. In: ENCONTRO DA ANPAD, 36. 2012, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Disponível em <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012 APB331.pdf...>> Acesso em: 13 jun. 2013.

POZO, J. I. Estratégias de aprendizagem. In: C. Coll, J. Palácios; A. Marchesi (Orgs.), **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1996. p.176-197.

RAMOS, Marise N. A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, set.2002, p. 401-422.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A construção multicul-tural da igualdade e da diferença*. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Rio de Janeiro**: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 4 a 6 de set. (Conferência), 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar. **A universidade no século XXI**: para uma universidade nova. Coimbra, 2008. Disponível em: <<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>> acesso em: 11 out. 2012.

SCHEDLER, Andreas. Conceptualizing Accountability. In SCHEDLER, A; DIAMOND, L.; PLATINER, M. F. (Eds.). *The self-restraining state. Power and accountability in news democracies*. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers, 1999.

SILVA, A. B.; GODOI, C. K., Bandeira-de-Melo (Org.) **Pesquisa qualitativa: paradigmas e estratégias**. São Paulo: Saraiva. 2006.

SILVA, C. J. R. (ORG.) **Institutos federais Lei 11.892, de 29/12/2008: comentários e reflexões**. Natal: IFRN. 2009.

SMULOVITZ, Catalina; Enrique Peruzzotti. Societal and Horizontal Controls: Two Cases of a Fritful Relationship. In: MAINWARING, Scott; WELNA,

Cristopher. **Democratic Accountability in Latin America**. New York: Oxford University Press, 2003.p.309-331.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações**. 2 ed. São Paulo: atlas. 2009.

UNESCO. **Relatório de monitoramento de educação para todos Brasil 2008: educação para todos em 2015; alcançaremos a meta?** – Brasília: UNESCO, 2008.

VASCONCELLOS, C dos Santos. Construção do conhecimento em sala de aula. **Cadernos Pedagógicos**. São Paulo: Libertad, 1993.

\_\_\_\_\_. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**.12ed. São Paulo: Libertad, 2009.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas,2005.

VERGARA, S. C. **Métodos de coleta de dados no campo**.São Paulo: Atlas,2009.

VIEIRA, M. V. F.; Zouain, D. M. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV . 2005.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**Acordo de Metas e Compromissos n.º...**  
que entre si celebram a União, representada pelo **Ministério da Educação**, por intermédio da **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**, e o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia**, para os fins de estruturação, organização e atuação dos Institutos Federais criados pela Lei n.º 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

**A UNIÃO**, representada pelo **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**, por intermédio da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.394.445/0074-59, sediada na Esplanada dos Ministérios, Bloco "L", 4.º andar, Brasília - DF, neste ato, representada pelo Secretário, **Eliezer Moreira Pacheco**, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília - DF, RG n.º 9.020.406.287, expedida pela SSP/RS, CPF n.º 075.109.770-53, nomeado pela Portaria n.º 824, publicada no Diário Oficial da União de 30.09.2005, e o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia**, inscrito no CNPJ/MF n.º 10.764.307/0001-12 representado por sua Reitora **Aurina Oliveira Santana**, brasileira, nomeada pela Portaria n.º 543, de 29 de abril de 2010 publicada no DOU de 30 de abril de 2010, RG n.º 0599462-45, CPF 094.525.245-53, residente e domiciliada no Loteamento Jardim Oliveira, Rua B, Quadra E, Lote 09, n.º 185, Cabula, CEP 41.200-570, Salvador - Bahia.

**CONSIDERANDO:**

- a necessidade da efetiva implantação e implementação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais - IF) no âmbito do Plano de Reestruturação e Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- a implantação dos Institutos Federais, dada a sua relação com o conjunto de políticas para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), fundamental para a efetividade destas;
- que os Institutos Federais têm, na condição de Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - REDE, eixo norteador e ideário comum a sustentar a sua razão de existir;
- que a condição de REDE pressupõe a obrigação em tecer relações entre as instituições que a compõem e, a partir delas, com outras, cujo compartilhamento de idéias e ações contribuem para cumprimento de sua missão institucional;
- as políticas e diretrizes do MEC expressas no Plano de Desenvolvimento da Educação;
- o compromisso dos Institutos Federais - IF com a formação de professores e a implementação de ações em favor da melhoria da educação básica;
- que os Institutos Federais - IF devem atuar como agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades e representações locais e regionais, significado maior da articulação com os arranjos produtivos, sociais e culturais;
- que os Institutos Federais - IF devem estabelecer sintonia com outras esferas do poder público e da sociedade, na construção de um projeto mais amplo para a educação pública;

f



- o compromisso dos Institutos Federais - IF com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- a verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão sempre em benefício da sociedade, a eficácia nas respostas de formação profissional, a construção, a difusão e a democratização do conhecimento científico e tecnológico, suporte e interação com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, fundamentos estruturantes dos Institutos Federais;
- que o compromisso dos Institutos Federais - IF com diversidade, com a redução das barreiras educativas e com a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas, implica na ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil;
- que a atuação, dos Institutos Federais - IF, pautada na democratização do acesso e permanência nos processos formativos implica na ampliação da oferta, na necessidade de reduzir as taxas de evasão, na ocupação de vagas ociosas, e sua ocupação em todos os turnos, especialmente no período noturno;
- a necessidade de mobilidade estudantil, com implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de estudos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação profissional, na formação inicial e continuada, na formação técnica de nível médio e no nível superior;
- os compromissos dos Institutos Federais - IF com a implantação do programa de reconhecimento de saberes não formais para fins de certificação e acreditação profissional;
- a necessidade da diversificação da oferta de cursos, especialmente os inovadores, sintonizados com as demandas que contribuam para o desenvolvimento local e regional e, conseqüentemente, a sua adequação aos Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos, Superiores de Tecnologia e demais catálogos nacionais;
- o compromisso dos Institutos Federais - IF com a adesão, apoio e participação na implementação dos Sistemas de Informação do MEC, SETEC e da REDE;
- a necessidade de revisão da estrutura acadêmica, com a reorganização dos cursos e atualização de métodos e metodologias de ensino, buscando elevação da qualidade dos processos formativos;
- a necessidade de articulação da educação profissional científica e tecnológica e da educação superior com a educação básica e da graduação com a pós-graduação, com ênfase na inovação e ciência-aplicada;
- os compromissos dos Institutos Federais - IF com a implantação de programas e sistemas de gestão comprometidos com a racionalização, a eficiência, a eficácia, a economicidade e a efetividade dos recursos investidos;
- a necessidade de obtenção de um instrumento efetivo de planejamento de curto, médio e longo prazo que articule as ações da REDE com as políticas e diretrizes de Educação do País.

**RESOLVEM** celebrar o presente Termo, para os fins de estruturação, organização e atuação dos Institutos Federais criados pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, bem como de acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, no que couber, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

ψ

Constitui objeto do presente termo o Plano de Estruturação, Expansão e Atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia expresso por meio deste acordo e da planilha de metas e compromissos, integrantes deste instrumento, como se transcritos estivessem, a serem atingidos em curto prazo, até o ano de 2013 e projeção de manutenção ou ampliação nos anos seguintes, tomando como marco de médio prazo o ano de 2016 e de longo prazo o ano de 2022, bicentenário da Independência da República Federativa do Brasil.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – Das Metas e Compromissos:**

##### **1. Índice de eficiência da Instituição**

Alcance da meta mínima de 90% de eficiência da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 75% no ano de 2013, medida semestralmente, definindo-se aqui que, o índice de eficiência da Instituição será calculado pela média aritmética da eficiência de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos regularmente matriculados e o número total de vagas de cada turma, sendo que este total de vagas é resultado da multiplicação das vagas ofertadas no processo seletivo pelo número de períodos letivos para cada uma dessas turmas;

##### **2. Índice de eficácia da Instituição**

Alcance da meta mínima de 80% de eficácia da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 70% no ano de 2013, medida semestralmente, definindo-se aqui que, o índice de eficácia da Instituição será calculado pela média aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas.

##### **3. Alunos matriculados em relação à força de trabalho**

Alcance da relação de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor considerando-se, para efeito deste Termo de Acordo de Metas e Compromissos, os alunos dos cursos técnicos de nível médio (integrado, concomitante e subsequente), PROEJA, cursos de graduação (CST, licenciatura, bacharelado), de pós-graduação (*fato-sensu* e *stricto-sensu*) e de Formação Inicial e Continuada, em relação a todo quadro de professores ativos na Instituição.

Para o cálculo desta relação, cada professor DE ou de 40 horas será contado como 01(um) professor e cada professor de 20 horas será contado como meio; O número de alunos dos cursos de Formação Inicial e Continuada será corrigido pela multiplicação da carga horária semestral do curso, dividido por 400 horas.

##### **4. Vagas para os cursos técnicos**

Manutenção de pelo menos 50% de vagas para o ensino técnico de nível médio, conforme disposto o disposto na lei de nº 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008;

##### **5. Vagas para a formação de professores e Licenciaturas**

Manutenção de pelo menos 20% de vagas para os cursos de licenciaturas e de formação de professores conforme o disposto na lei de nº 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008;

##### **6. Vagas PROEJA**

Compromisso da oferta de curso de PROEJA (técnico e FIC) na perspectiva de promover a inclusão e atender a demanda regional, conforme o disposto no Decreto de nº 5.840, de 13 de julho de 2006;

##### **7. Programa de Melhoria da Qualidade da Educação Básica**

Apresentação de em média pelo menos um projeto, com a efetiva realização de um programa de melhoria da qualidade da educação básica, por Campus, especialmente em apoio ao ensino médio inovador, direcionado às escolas, professores e alunos das redes públicas, até o início de 2011, e ampliação em pelo menos 10% ao ano dessas atividades, em parceria com os sistemas públicos de ensino;

##### **8. Programa de Formação Inicial e Continuada**

Implementação no Instituto Federal de cursos de Formação Inicial e Continuada e de programas de reconhecimento de saberes e competências profissionais para fins de certificação e acreditação profissional, em pelo menos, uma área ou eixo tecnológico;

**9. Oferta de Cursos a Distância**

Implantação da modalidade Educação à Distância como atividade regular, no Instituto Federal;

**10. Forma de acesso ao ensino técnico**

Adoção, até 2011, de formas de acesso assentadas em ações afirmativas que contemplem as realidades locais dos campi;

**11. Forma de acesso ao ensino superior**

Adoção, até 2011, de formas de acesso assentadas em ações afirmativas que contemplem as realidades locais dos campi e adoção do ENEM para o acesso aos cursos de graduação;

**12. Forma de acesso às Licenciaturas**

Adoção prioritária de vagas para professores das redes públicas, conforme preceitos legais e demandas da sociedade;

**13. Programas de apoio a estudantes com elevado desempenho**

Implantação, até 2011, de programas de apoio a estudantes com elevado desempenho nos Exames Nacionais da Educação Básica (Prova Brasil, SAEB e ENEM) e olimpíadas promovidas pelo MEC;

**14. Pesquisa e Inovação**

Apresentação e desenvolvimento de, em média, pelo menos um projeto de pesquisa, inovação e/ou desenvolvimento tecnológico por Campus, que reúna, preferencialmente professores e alunos de diferentes níveis de formação, em todos os campi, até o início de 2011, e ampliação em pelo menos 10% ao ano dessas atividades, em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham interface de aplicação com interesse social;

**15. Projetos de Ação Social**

Apresentação e desenvolvimento de projetos de ação social, em média, de um em cada Campus, até o início de 2011; e ampliação dessas atividades em pelo menos 10% ao ano, pela implementação de projetos de ações inclusivas e de tecnologias sociais, preferencialmente, para populações e comunidades em situação de risco, atendendo às áreas temáticas da extensão;

**16. Núcleo de Inovação Tecnológica**

Implementação de Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT, e programas de estímulo à organização cooperativa que incentivem a pesquisa, inovação e o empreendedorismo;

**17. Programas de Ensino, Pesquisa e Extensão Intercampi e Interinstitucionais**

Desenvolvimento de programas de ensino, pesquisa e extensão interagindo os Campi do Instituto Federal; e programas interinstitucionais interagindo o Instituto Federal com outras Instituições Nacionais e Internacionais;

**18. SIMEC, SISTec e Sistema de Registro de Preços do MEC**

Adesão, a partir de 2010, ao SIMEC, SISTec e Sistema de Registro de Preços do MEC e a outros programas de interesse coletivo da REDE FEDERAL, com compromisso de alimentação das bases de dados do Ministério da Educação;

**19. SIGA-EPT**

Adesão ao sistema SIGA-EPT ou compromisso com a transferência para sua base de dados, via digital, das informações mínimas solicitadas pelo MEC/SETEC. Considerando, neste caso, a disponibilidade da descrição de formatos para intercâmbio de dados do SIGA-EPT com outros sistemas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES**

São responsabilidades e obrigações, além das metas e compromissos assumidos no Termo de Acordo de Metas e Compromissos:

#### I - DO MEC/SETEC

1. Desenvolver ações para assegurar os recursos necessários para custear as despesas com a execução do presente instrumento, de acordo com o estabelecido na cláusula sexta e mediante a celebração de instrumentos específicos, em conformidade com a legislação correlata.
2. Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução desse Termo de Acordo de Metas e Compromissos, conforme planilhas integrantes deste instrumento, bem como fornecer, quando solicitado, o assessoramento necessário para o seu cumprimento;
3. Criar um sistema de avaliação dos cursos técnicos similar ao ENADE, atualmente existente para os cursos superiores.
4. Aferir o cumprimento das Metas e Compromissos acordados por meio do SIMEC/SISTec/Censo/SIGA-EPT;
5. Prover as instituições dos cargos e das funções necessários, visando a implementação e o cumprimento do plano de metas estabelecido nesse acordo, respeitados os limites de autorização e provisão determinados pelo Ministério do Planejamento.
6. Criar comissão de acompanhamento/supervisão do Termo de Acordo de Metas e Compromissos com a garantia da participação de representação do CONIF;
7. Desenvolver ações no sentido de assegurar a reposição de pessoal (banco de professor equivalente e quadro de referência de técnico administrativo), considerando a relação de 1:0,75, ou seja, haverá 04 professores para cada 03 técnico administrativos em educação;
8. Desenvolver ações para ampliar a assistência estudantil, em parâmetros consentâneos com os praticados no âmbito das Universidades Federais;
9. Desenvolver ações para garantir um programa de pós-graduação stricto sensu (mestrado profissional e doutorado) para os servidores docentes e técnico administrativos em educação dos Institutos Federais.

#### II. DO INSTITUTO

1. Cumprir integralmente as obrigações pactuadas neste instrumento e no Plano aprovado pelo MEC/ SETEC;
2. Utilizar os recursos do presente Acordo de Metas e Compromissos, exclusivamente na execução do seu objeto, mantendo a dotação orçamentária e classificação de despesa originária;
3. Encaminhar os dados ao SIMEC/SISTec/Censo/SIGA-EPT, conforme o caso, de acordo com o cronograma e procedimentos acordados com o MEC/SETEC;
4. Fornecer todas as informações que o MEC/ SETEC solicite sobre o Plano, sua situação financeira e documentos de licitação, quando houver, nos prazos previamente estabelecidos;
5. Anexar a este Termo Acordo de Metas e Compromissos as planilhas preenchidas com os dados correspondentes a cada campus do Instituto;
6. Desenvolver programas de apoio a projetos de assistência estudantil como mecanismos que promovam a adoção de políticas afirmativas, democratização do acesso, a permanência e êxito no percurso formativo e a inserção sócio-profissional, tendo como pressuposto a inclusão de grupos em desvantagem social;

7. Orientar-se, em consonância com as normativas legais pertinentes, pelo documento de Concepção e Diretrizes para os Institutos Federais, constantes do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE do Ministério da Educação, pelas diretrizes para o ensino, pesquisa e extensão, pelos modelos de estruturas organizacionais e pelo sistema de gestão administrativo-orçamentário-financeiro anexados a este Termo de Acordo de Metas e Compromissos e às suas versões atualizadas pela SETEC/MEC disponíveis no SIMEC;

8. Disponibilizar infra-estrutura necessária: recursos humanos, financeiros e materiais para oportunizar cursos específicos de pós-graduação stricto sensu a todos os servidores que não possuem o título de mestre ou doutor.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA ALTERAÇÃO DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO**

A vigência do presente instrumento será de 12 (anos) anos contados da data de sua assinatura.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - É vedado o aditamento deste instrumento para alteração do objeto.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** – Poderão ser propostos ajustes no instrumento, anualmente, com as devidas justificativas, articulados ao Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal, com vistas à repactuação, a ser analisada e aprovada pela SETEC/MEC, considerando a dinamicidade do processo de planejamento.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA DEFINIÇÃO DOS INDICADORES GLOBAIS**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia e o Ministério da Educação, considerando a Previsão de Estrutura Organizacional e Quadro de Pessoal, se comprometem a cumprir as metas que são explicitadas na planilha de metas e compromissos, anexa.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**SUB-CLÁUSULA PRIMEIRA** – O montante de recurso para execução deste acordo de metas é R\$ 50.760.000,00 (cinquenta milhões, setecentos e sessenta mil reais) para investimentos e demais despesas e de R\$ 47.795.188,00 (quarenta e sete milhões, setecentos e noventa e cinco mil e cento e oitenta e oito reais) para as demais despesas pessoal e encargos sociais, sendo o último incorporado ao orçamento da instituição após o cumprimento das metas estabelecidas

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** – A distribuição dos recursos nos programas, ao longo dos oito anos, está definida na mesma planilha.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - No exercício de 2010, os recursos foram alocados na Unidade Orçamentária do Instituto Federal.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** – Serão descentralizados recursos oriundos da Unidade Orçamentária MEC nos exercício de 2011 e subseqüentes como complemento ao estabelecido neste Acordo de Metas e Compromissos.

**SUBCLÁUSULA QUINTA** – Para despesas de capital serão investidos o valor médio de R\$2.000,00 (dois mil reais) por aluno matriculado, considerando os anos de 2009, 2010 e 2011, nos termos deste Acordo de Metas e Compromissos, disponibilizados da seguinte forma:

Item	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pessoal		20.080.087	34.968.364	47.795.188	47.795.188	47.795.188	47.795.188	47.795.188
Investimentos	479.758	14.658.128	35.622.114	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>49.572.899</b>	<b>34.738.215</b>	<b>70.590.478</b>	<b>47.795.188</b>	<b>47.795.188</b>	<b>47.795.188</b>	<b>47.795.188</b>	<b>47.795.188</b>

Este Termo será publicado, por extrato, no Diário Oficial da União, nos termos do artigo 61 da Lei 8.666/93, correndo as despesas por conta do MEC/SETEC.


**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONTROVÉRSIAS**

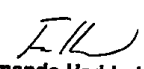
É competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Protocolo, que não possam ser resolvidas mediante acordo entre os partícipes, a Advocacia-Geral da União – AGU, nos termos do inciso XI, do art. 4º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993”.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, que também o subscrevem, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Brasília, de junho de 2010.

  
**Eliezer Pacheco**  
Secretário de Educação Profissional e  
Tecnológica

  
**Aurina Oliveira Santana**  
Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência  
e Tecnologia da Bahia

  
**Fernando Haddad**  
Ministro de Estado da Educação

TESTEMUNHAS

## Anexo B – Questionário I



Ministério da educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal da Bahia  
Setor Multidisciplinar

INTUIÇÃO E INTERPRETAÇÃO

Salvador, 19 de março de 2013.

**DIAGNÓSTICO – QUESTIONÁRIO**

Para iniciarmos as atividades propostas no dia de hoje vamos tomar algumas doses de atenção, entusiasmo, criticidade e comprometimento objetivando uma construção significativa e que seja um marco para uma fase de conquistas e visibilidade.

É importante nos despirmos de sentimentos que nos reportem a sensação de impedimento ou limitação. Vamos fazer um bom exercício de respiração, refletir sobre práxis INDIVIDUAL e a do seu grupo de trabalho, registrando com tranquilidade o que você consegue apurar/observar no FAZER DO SETOR MULTIDISCIPLINAR

**1 - TRÊS (03) AÇÕES QUE VOCÊ CONSIDERA FORTES NO SETOR:**

1.1 -

---

1.2 -

---

1.3-

---

**2 - TRÊS (03) AÇÕES QUE VOCÊ CONSIDERA FRÁGEIS NO SETOR:**

2.1 –

---

2.2 -

---

2.3-

---

**3 – TRÊS (03) AÇÕES VIÁVEIS, QUE DEVERIAM SER DESENVOLVIDAS PELO SETOR, MAS NUNCA FORAM COLOCADAS EM PRÁTICA:**

3.1 -

---

3.2 -

---

3.3-

---

## Anexo C – Questionário II



**Ministério da educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal da Bahia**  
**Setor Multidisciplinar**

**INTUIÇÃO E INTERPRETAÇÃO**

Para Cortella, existem três grandes fatores que limitam a percepção das pessoas sobre as inúmeras possibilidades que o mundo em constante mudança oferece, e eles devem ser combatidos dia após dia.

“O primeiro deles é a limitação mental, a recusa em abrir a cabeça para aquilo que é novo, diferente. É por conta disso que hábitos arraigados na cultura de uma pessoa ou empresa acabam se transformando em âncoras que imobilizam”, explica. “Em segundo lugar está o cinismo ético. Ou seja, a pessoa ou grupo até anuncia boas coisas como valores, mas na prática age completamente diferente do que se propôs”, analisa. “O último fator é a arrogância na suposição que algo tem que ser feito exatamente como sempre foi, já que foi assim a vida toda. Essa é uma atitude extremamente perigosa, porque é auto-destrutiva”, conclui.

Porém, Cortella não quer que os participantes do evento continuem sofrendo por conta destes males. Por isso, ao longo de sua apresentação vai trabalhar três grandes linhas de atitude que são necessárias para deixar de lado os fatores negativos e começar a abrir a mente para novas possibilidades. São elas:

1. Generosidade Mental – ensinar o que se sabe;
2. Coerência ética – praticar o que se ensina;
3. Humildade intelectual – perguntar o que se ignora.

**1 – EM SUA OPINIÃO, QUAL OU QUAIS DEVEM SER AS AÇÕES E PROCEDIMENTOS QUE O SETOR DEVERÁ ADOTAR?**

**EM RELAÇÃO ÀS FALTAS (as com justificativas e de atestado médico inferior a cinco dias):**

---

**EM RELAÇÃO AOS ATRASOS:**

---

**EM RELAÇÃO PROGRAMAÇÃO/REPROGRAMAÇÃO DE FÉRIAS:**

---

**EM RELAÇÃO ÀS HORAS EXTRAS:**

---

**EM RELAÇÃO À COMPENSAÇÃO DE HORÁRIOS:**

---

**EM RELAÇÃO À FREQUENCIA NAS REUNIÕES DO SETOR:**



---

---

**EM RELAÇÃO À AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ANUAL:**

---

**EM RELAÇÃO AO ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS DO SETOR:**

---

**E QUAL OU QUAIS DEVEM SER AS SUAS AÇÕES E PROCEDIMENTOS COM RELAÇÃO AOS ITENS ACIMA:**

---

**ESSE ESPAÇO É SEU. FIQUE À VONTADE PARA OBSERVAÇÕES/SUGESTÕES:** \_\_\_\_\_

**Sobre Mario Sergio Cortella**

Filósofo brasileiro, mestre e doutor em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde também é professor titular do Departamento de Teologia e Ciências da Religião e da pós-graduação em educação, além de professor convidado da Fundação Dom Cabral e do GVPEC da FGV-SP

## ANEXO D - ENCAMINHAMENTOS PÓS-CONSELHO TÉCNICO

**CURSO**  
**PEDAGOGO(A)**  
**RESPONSÁVEL**

TURMA	NOME	SITUAÇÃO ACADÊMICA		SITUAÇÃO EVIDENCIADA / OCORRÊNCIA	ENCAMINHAMENTO						DATA DO ENCAMINHAMENTO	OBSERVAÇÕES
		NOVO	REPETENTE		PEDAGOGIA	PSICOLOGIA	CAPNE	SERVIÇO SOCIAL	NUTRIÇÃO	MONITORIA		
										Quí.		
										Port.		
										Fís./Mat./Quí.		
										Port.		
										Mat.		
										Mat.		
										Port.		
										Port.		
										Port.		
										Fís./Mat./Quí.		
										Mat.		
										Fís./Mat./Quí.		
										Fís./Mat./Quí.		
										Port.		
										Port.		
										Mat.		
										Fís./Mat./Quí.		
										Port.		
										Mat.		
										Port.		

## CALENDÁRIO ACADÊMICO ENSINO TÉCNICO FORMA INTEGRADA 2013 IFBA - CAMPUS DE SALVADOR

### UI – 61 DIAS LETIVOS – 06/05 a 20/07

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM	Semanas
		01/05	02/05	03/05	04/05	05/05	
06/05	07/05	08/05	09/05	10/05	11/05	12/05	1ª semana
13/05	14/05	15/05	16/05	17/05	18/05	19/05	2ª semana
20/05	21/05	22/05	23/05	24/05	25/05	26/05	3ª semana
27/05	28/05	29/05	30/05	31/05	01/06	02/06	4ª semana
03/06	04/06	05/06	06/06	07/06	08/06	09/06	5ª semana
10/06	11/06	12/06	13/06	14/06	15/06	16/06	6ª semana
17/06	18/06	19/06	20/06	21/06	22/06	23/06	7ª semana
24/06	25/06	26/06	27/06	28/06	29/06	30/06	8ª semana
01/07	02/07	03/07	04/07	05/07	06/07	07/07	9ª semana
08/07	09/07	10/07	11/07	12/07	13/07	14/07	10ª semana
15/07	16/07	17/07	18/07	19/07	20/07	21/07	11ª semana
10	09	11	10	11	10		Dias Letivos

### UII – 59 DIAS LETIVOS – 22/07 a 28/09

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM	Semanas
22/07	23/07	24/07	25/07	26/07	27/07	28/07	12ª semana
29/07	30/07	31/07	01/08	02/08	03/08	04/08	13ª semana
05/08	06/08	07/08	08/08	09/08	10/08	11/08	14ª semana
12/08	13/08	14/08	15/08	16/08	17/08	18/08	15ª semana
19/08	20/08	21/08	22/08	23/08	24/08	25/08	16ª semana
26/08	27/08	28/08	29/08	30/08	31/08	01/09	17ª semana
02/09	03/09	04/09	05/09	06/09	07/09	08/09	18ª semana
09/09	10/09	11/09	12/09	13/09	14/09	15/09	19ª semana
16/09	17/09	18/09	19/09	20/09	21/09	22/09	20ª semana
23/09	24/09	25/09	26/09	27/09	28/09	29/09	21ª semana
10	10	10	10	10	09		Dias Letivos

### UIII – 55 DIAS LETIVOS – 16/10 a 21/12

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM	Semanas
30/09	01/10	02/10	03/10	04/10	05/10	06/10	Férias
07/10	08/10	09/10	10/10	11/10	12/10	13/10	Docentes
14/10	15/10	16/10	17/10	18/10	19/10	20/10	22ª semana
21/10	22/10	23/10	24/10	25/10	26/10	27/10	23ª semana
28/10	29/10	30/10	31/10	01/11	02/11	03/11	24ª semana
04/11	05/11	06/11	07/11	08/11	09/11	10/11	25ª semana
11/11	12/11	13/11	14/11	15/11	16/11	17/11	26ª semana
18/11	19/11	20/11	21/11	22/11	23/11	24/11	27ª semana
25/11	26/11	27/11	28/11	29/11	30/11	01/12	28ª semana
02/12	03/12	04/12	05/12	06/12	07/12	08/12	29ª semana
09/12	10/12	11/12	12/12	13/12	14/12	15/12	30ª semana
16/12	17/12	18/12	19/12	20/12	21/12	22/12	31ª semana
08	09	10	10	09	09		Dias Letivos

### UIV – 51 DIAS LETIVOS – 02/01/2014 a 10/03/2014

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM	Semanas
23/12	24/12	25/12	26/12	27/12	28/12	29/12	Recesso
30/12	31/12	01/01	02/01	03/01	04/01	05/01	32ª semana
06/01	07/01	08/01	09/01	10/01	11/01	12/01	33ª semana
13/01	14/01	15/01	16/01	17/01	18/01	19/01	34ª semana
20/01	21/01	22/01	23/01	24/01	25/01	26/01	35ª semana
27/01	28/01	29/01	30/01	31/01	01/02	02/02	36ª semana
03/02	04/02	05/02	06/02	07/02	08/02	09/02	37ª semana
10/02	11/02	12/02	13/02	14/02	15/02	16/02	38ª semana
17/02	18/02	19/02	20/02	21/02	22/02	23/02	39ª semana
24/02	25/02	26/02	27/02	28/02	01/03	02/03	40ª semana
03/03	04/03	05/03	06/03	07/03	08/03	09/03	41ª semana
10/03	11/03	12/03	13/03	14/03	15/03	16/03	Conselho de Classe Final
17/03	18/03	19/03	20/03	21/03	22/03	23/03	
24/03	25/03	26/03	27/03	28/03	29/03	30/03	Férias Docentes
31/03	01/04	02/04	03/04	04/04	05/04	06/04	
07/04	08/04	09/04	10/04	11/04	12/04	13/04	
14/04	15/04	16/04	17/04	18/04	19/04	20/04	
21/04	22/04	23/04	24/04	25/04	26/04	27/04	
28/04	29/04	30/04	01/05	02/05	03/05	04/05	
09	08	08	08	09	09		Dias Letivos

### Total de Dias Letivos:

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	TOTAL
37	36	39	38	39	37	226

#### **Abril**

1ª a 30 – Férias Docentes Ensino Médio (30 dias)

1ª a 30 – CIIF – Curso Introdutório ao IFBA

1ª a 20/05 – Período de Inscrição do PAAE

08 – Divulgação dos Resultados pela GRA II

08 a 22 – Solicitação de Transferência Interna e Externa

09 a 12 – Matrícula *on line* alunos remanescentes

#### **Maio**

01 – Dia do Trabalhador

02 e 03 – Jornada Pedagógica

06 – Início do Ano Letivo / Início da Unidade I

06 a 05/06 – Solicitação de Trancamento de Matrícula

13 e 14 – Conselho de Curso

22 a 24 – IIª FINOP – Feira de Integração e Oportunidades do Campus Salvador

24 – Término de Inscrição do PAAE

30 – 1ª Reunião com os pais, mães ou responsáveis pelos alunos do 1º ano

30 – Corpus Christi (sem atividade)

#### **Junho**

05 – Dia Mundial do Meio Ambiente

22 a 25- Recesso junino

#### **Julho**

02 – Independência da Bahia

20 – Final da Unidade I

22 – Início da Unidade II

25 – Último dia para entrega dos resultados da UI à GRA II

29/07 a 09/08 – Conselho de Classe da Unidade I

#### **Agosto**

11 – Dia do Estudante

#### **Setembro**

07- Independência do Brasil

19 e 20 – Intercâmbio Cultural com os (as) estudantes selecionados (as) pelo PAAE

28/09 – Final da Unidade II

30 a 14/10 – Férias Docentes (15 dias)

#### **Outubro**

12 – Dia de Nossa Senhora Aparecida

15 – Dia do Professor

16 – Início da Unidade III

18 – Último dia para entrega dos resultados da Unidade II à GRA II

21 a 25 – Semana Nacional da Ciência e Tecnologia / Semana da Cultura

22 a 31 – Conselho de Classe da Unidade II

23 a 25 – Seminário de Iniciação Científica e Seminário de Pesquisa

28 – Dia do Servidor Público

#### **Novembro**

02 – Finados

15 – Proclamação da República

18 a 23 – Semana da Consciência Negra

27 a 29 - CONNEPI

#### **Dezembro**

01- Dia de prevenção à AIDS

08 – Dia de Nª Senhora da Conceição da Praia

21 – Final da Unidade III

23 a 01/01 – Recesso Natalino

#### **Janeiro/2014**

01 – confraternização Universal

02 – Início da Unidade IV

03 – Último dia para entrega dos resultados da Unidade III à GRA II

09 – Lavagem do Bonfim (Sem atividades)

13 a 22 – Conselho de Classe da Unidade III

#### **Fevereiro**

21 a 13/05 – Inscrição no PAAE

27/02 a 04/03 – Carnaval

#### **Marco**

01 a 06 – Renovação de Matrícula *on line* alunos remanescentes

05 – Cinzas

10 – Término da Unidade IV

11 – Último dia para entrega dos resultados da Unidade IV à GRA II

13 a 21 – Conselho de Classe Final

24 a 22/04 – Férias Docentes (30 dias)

24 a 22/04 – CIIF - Curso Introdutório ao IFBA (Alunos 2014.1)

#### **Abril**

23 a 26 – Jornada Pedagógica

28 – Início do Ano Letivo de 2014 / Início da Unidade I